



A Situação Demográfica Recente em Portugal

The Demographic Changes in Portugal

Autoras:

Maria José Carrilho

Instituto Nacional de Estatística / Unidade de Relações Externas e Cooperação

Email: mjose.carrilho@ine.pt

Lurdes Patrício

Instituto Nacional de Estatística / Departamento de Estatísticas Sociais

Email: lurdes.patricio@ine.pt

Resumo:

Nos primeiros anos do século XXI, Portugal, revela-se um país de baixa fecundidade, com a esperança de vida a aumentar e as correntes imigratórias a diminuírem. O ritmo de crescimento da população portuguesa é fraco e a imigração permanece como a componente principal da dinâmica populacional. A significativa diminuição do número de casamentos, o forte acréscimo, tanto dos nascimentos com coabitação dos pais como da idade média ao casamento e dos divórcios, evidenciam os novos modelos familiares no país.

Analisa-se, no presente artigo os comportamentos das variáveis demográficas responsáveis pelas grandes mudanças observadas na estrutura da população e que determinaram o grau de envelhecimento da população e a dimensão que a mesma observa.

Palavras Chave: População, Fecundidade, Mortalidade, Esperança de vida, Migrações, Envelhecimento.

Abstract

The first part of the current century, in Portugal, is marked by the low fertility, the increase of life expectancy and a sharp decline in immigration. The pace of population growth continues to slowing down and the immigration flows remain its most important component. The substantial fall in the number of marriages, the rise in both the number of wedlock births and the average age at marriage and the increasing tendency in the number of divorces influence the new familiar models in Portugal.

This paper intends to study the patterns of demographic variables responsible for the major changes in both population size and age structure of the population and culminating in its significant ageing.

Key words: Population, fertility, mortality, expectancy of life, migrations, ageing.

Introdução

A *Situação Demográfica Recente em Portugal* que se apresenta dá continuidade à análise divulgada na Revista de Estudos Demográficos nº 40 e actualiza-a com as mudanças ocorridas em 2006, no campo da natalidade, mortalidade e das migrações, procurando evidenciar os aspectos mais relevantes. Em termos de tendências não se registam alterações significativas.

Escolheu-se como período central de análise os anos entre 1 de Janeiro de 2001 e 1 de Janeiro de 2007. Deste modo, consegue-se uma avaliação das metas demográficas alcançadas em Portugal, no início século XXI. As causas e os efeitos dos fenómenos demográficos revelam-se no longo prazo, o que determina, em alguns casos, que a análise das variáveis se estenda por um horizonte temporal mais vasto.

No presente artigo utilizam-se as estimativas definitivas intercensitárias para o período 1991-2000, as estimativas provisórias póscensitárias para os anos de 2001-2006 assentes nos resultados definitivos dos Recenseamentos Gerais da População de 1991 e 2001, ajustados com as taxas de cobertura medidas nos respectivos Inquéritos de Qualidade, as Estatísticas Demográficas e da Saúde, informação toda produzida no INE. A análise desenvolve-se sobretudo com recurso à informação referente à geografia existente à data da realização dos Censos 2001 (NUTS II - Decreto Lei nº46/89) evidenciando-se, quando necessário, os valores registados à geografia de 2002 (NUTS II - Decreto Lei nº 244/2002). Os indicadores calculados com base nas duas geografias disponibilizam-se nos Quadros Anexos.

1. População

A dinâmica do crescimento da população residente em Portugal, nos primeiros anos do século XXI caracteriza-se pela redução do saldo natural, provocada pela queda da natalidade, por saldos migratórios positivos mas com tendência para baixar, e pelo agravamento progressivo do envelhecimento demográfico isto é, pelo aumento da proporção da população idosa (65 ou mais anos) no total da população.

Em 31 de Dezembro de 2006, a população residente em Portugal foi estimada em 10 599,1 milhares de indivíduos, dos quais 5 129,9 homens e 5 469,2 mulheres. Comparativamente ao ano anterior, a população residente aumentou 29,5 milhares de indivíduos, ou seja 0,28%, confirmando-se a desaceleração do ritmo iniciada em 2003. O acréscimo é praticamente idêntico nos homens e nas mulheres.

Quadro 1

Evolução da Situação Demográfica em Portugal, 2001-2006						
Indicadores	Anos					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
População Residente Média (milhares)	10293,0	10368,4	10441,1	10502,0	10549,4	10584,3
População Residente em 31.XII (milhares)	10329,3	10407,5	10474,7	10529,3	10569,6	10599,1
<i>Homens</i>	4988,9	5030,2	5066,3	5094,3	5115,7	5129,9
<i>Mulheres</i>	5340,4	5377,2	5408,4	5434,9	5453,9	5469,2
Relação de Masculinidade (%)	93,4	93,5	93,7	93,7	93,8	93,8
Saldo Natural	7 682	8 125	3 720	7 330	1 937	3 408
Saldo Migratório	65 000	70 000	63 500	47 240	38 400	26 100
Varição Populacional	72 682	78 125	67 220	54 570	40 337	29 508
Taxa de Crescimento Natural (%)	0,07	0,08	0,04	0,07	0,02	0,03
Taxa de Crescimento Migratório (%)	0,63	0,68	0,61	0,45	0,36	0,25
Taxa de Crescimento Efectivo (%)	0,71	0,75	0,64	0,52	0,38	0,28

Fonte: INE, Estimativas de População Residente e Estatísticas Demográficas, 2001- 2006 .

A principal causa do crescimento da população, encontra-se no saldo migratório positivo (0,25%), dado que o saldo natural, apesar do ligeiro aumento face ao ano anterior, permanece muito fraco (0,03%).

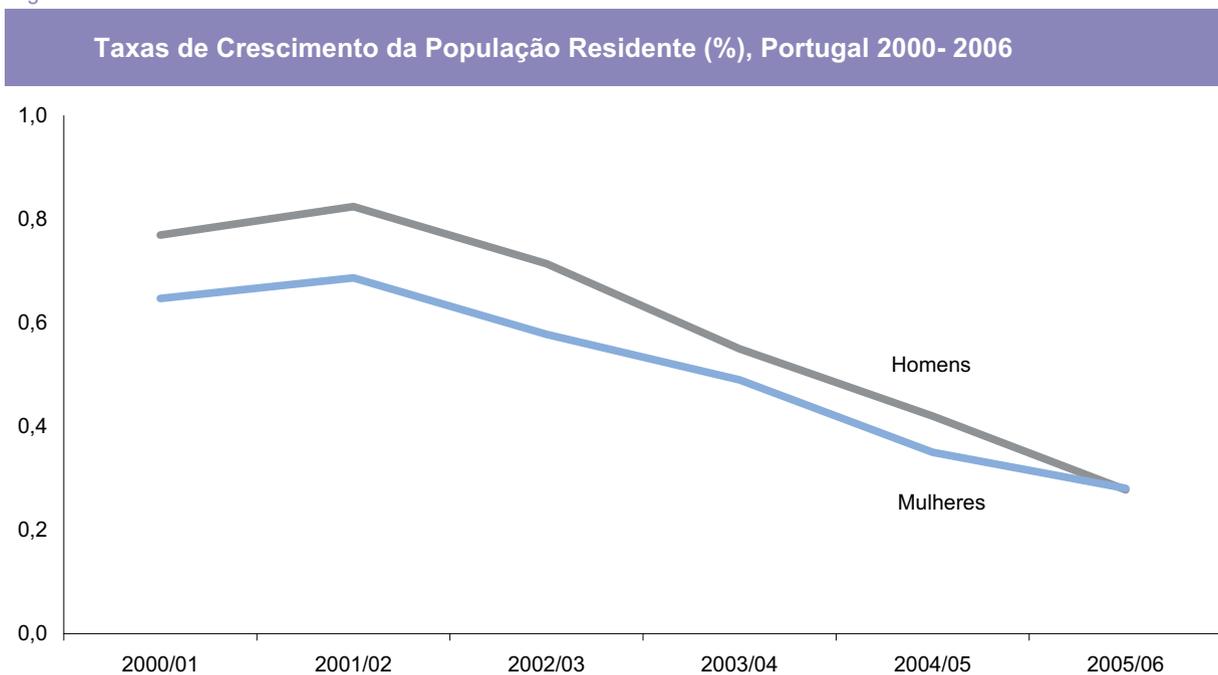
Tanto o número de nados vivos (-3,70%) como o de óbitos (-5,13%) registam evoluções negativas face a 2005, sendo o acréscimo do saldo natural (3403) atribuído à baixa da mortalidade. Se a variação dos nados vivos se inscreve nas oscilações normais anuais, quer no sentido positivo quer negativo que o acontecimento observa, a dos óbitos expressa, desde 2004, flutuações superiores a 5%.

Estima-se que em 2006, o saldo migratório tenha atingido cerca de 26 100 indivíduos (38 800 entradas e 12 700 saídas), valor inferior em 12 300 ao do ano anterior, como consequência do desacelerar dos fluxos de entrada e do aumento dos fluxos de saída. Nos anos recentes, a imigração ganhou importância, em particular a com origem nos países da Europa de Leste, do Brasil, China e Cabo Verde.

O comportamento evolutivo das variáveis demográficas explica o acentuar do ritmo de crescimento da população residente em Portugal, sobretudo, a partir da segunda metade dos anos noventa no século XX, e o abrandar nos dois últimos anos observados.

De 1 de Janeiro de 2002 a 31 de Dezembro de 2006 estima-se que a população tenha aumentado cerca de 270 mil pessoas evoluindo segundo uma taxa moderada de 0,52%, média anual. O ritmo é mais acentuado nos homens (0,56%), correspondendo a maior diferença ao período mais intenso de entrada de imigrantes. O acréscimo populacional registado reparte-se entre 12% para o saldo natural e 88% para o migratório.

Figura 1



Fonte: INE, Estimativas de População Residente (cálculo das autoras).

Nos cinco primeiros anos deste século os diferentes comportamentos das variáveis demográficas permitem distinguir duas fases no crescimento da população. A primeira, e coincidindo com os dois primeiros anos, alia saldos naturais fracos com saldos migratórios tendencialmente crescentes que determinam uma taxa de crescimento média de 0,7% ao ano. A segunda fase corresponde ao período de 2003 a 2006 durante o qual diminuem tanto o saldo natural como o migratório provocando a redução para metade da variação média anual.

Tendo como comparação a Europa comunitária, Portugal revela uma evolução no mesmo sentido embora com um ritmo superior ao da média estimada pelo Eurostat¹ (UE27= 0.37%;UE25 = 0.41% em 2006). A Irlanda detém a taxa de crescimento mais alta (2.8%), seguida da Espanha (1.7%), Chipre (1.2%) e do Luxemburgo (1.1%) enquanto a Bulgária (-0,68%), Letónia (-0,62%), Lituânia (-0,52%) registam as variações negativas mais acentuadas. As comparações internacionais devem, no entanto, ser cautelosas, pois o documento do Eurostat apresenta as primeiras estimativas para 2006, assentes em *now casts*.

Norte (35%) e Lisboa e Vale do Tejo (34%) são as regiões que mais contribuem para os efectivos populacionais do país. Mais de metade da população residente em Portugal concentrava-se, em 2006, nas NUTS Norte e Centro (52,2%). Se a estas duas NUTS se adicionar Lisboa e Vale do Tejo a concentração sobe para 86,5%.

Alentejo, Algarve e as Regiões Autónomas em conjunto não atingem o milhão e meio de habitantes. Contudo, apresentam evoluções opostas, pertencendo ao Algarve o mais forte acréscimo do período, quatro vezes superior à média do país (1,1%). Ao contrário, o Alentejo é a região do país que perde população, (-0,5 %).

A nível regional os ritmos de variação da população diferem como consequência dos comportamentos das variáveis demográficas e provocam as conhecidas assimetrias entre o interior e o litoral do país.² Ao Norte, às Regiões Autónomas e a Lisboa e Vale do Tejo pertencem as taxas de crescimento natural mais elevadas. No caso das duas NUTS do Continente o efeito conjugado de taxas migratórias positivas, bem mais intenso em Lisboa e Vale do Tejo, justifica o acréscimo populacional evidenciado. As Regiões Autónomas compensam a baixa gradual dos saldos naturais com a alteração de sentido dos movimentos migratórios ocorridos no início deste século. Em contraste, é no Alentejo e no Centro que se localizam as taxas de crescimento natural negativas. O Algarve é a região que tem a taxa migratória mais forte do país.

A análise a um nível geográfico mais fino, denota que saldos naturais fortemente negativos associados a saldos migratórios igualmente negativos originaram grandes perdas populacionais no período em análise, em particular nas regiões do interior. Em algumas zonas o ritmo de diminuição da população desacelerou nos anos mais recentes devido aos fluxos imigratórios.

2. Natalidade e Fecundidade

Em 2006, o número de nados vivos de mães residentes em Portugal foi de 105 449, menos cerca de 4 000 nascimentos face a 2005. A variável confirmou a tendência em baixa retomada em 2003.

¹ Eurostat (2007) - Statistics in Focus, Population and Social conditions, 41/2007.

² Sobre esta temática consultar INE (2007) "Estimativas Provisórias de População Residente, 2006, Portugal, NUTS II, NUTS III e Municípios", Lisboa, Setembro 2007.

Quadro 2

Indicadores sobre a Natalidade, Portugal, 2001-2006						
Indicadores	Anos					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Nados vivos	112 774	114 383	112 515	109 298	109 399	105 449
<i>Homens</i>	58 365	59 303	58 210	56 212	56 612	54 057
<i>Mulheres</i>	54 409	55 080	54 305	53 086	52 787	51 392
Relação de masculinidade à nascença (%)	107,3	107,7	107,2	105,9	107,2	105,2
Nados vivos fora do casamento	26 814	29 117	30 236	31 766	33 633	33 331
Nados Vivos fora do casamento (%)	23,8	25,5	26,9	29,1	30,7	31,6
Nados Vivos fora do casamento com coabitação	20 062	23 308	24 219	25 408	27 093	26 679
Nados Vivos fora do casamento com coabitação (%)	74,8	80,0	80,1	80,0	80,6	80,0
Nados Vivos fora do casamento sem coabitação	6 752	5 809	6 017	6 358	6 540	6 652
Nados Vivos fora do casamento sem coabitação(%)	25,2	20,0	19,9	20,0	19,4	20,0
Taxa Bruta de Natalidade (‰)	11,0	11,0	10,8	10,4	10,4	10,0
Índice Sintético de Fecundidade (nº médio de crianças por mulher)	1,46	1,47	1,44	1,40	1,41	1,36
Idade média da mulher ao nascimento do 1º filho (anos)	26,8	27,0	27,4	27,5	27,8	28,1
Idade média ao nascimento de um filho (anos)	28,8	29,0	29,2	29,4	29,6	29,9
Taxa de Reprodução Bruta	0,712	0,719	0,705	0,685	0,687	0,664
Taxa de Reprodução Líquida	0,697	0,704	0,695	0,676	0,680	0,658

Fonte: INE, Estimativas de População Residente e Estatísticas Demográficas, 2001- 2006 e cálculos das autoras.

A taxa bruta de natalidade que permanecia estável nos últimos anos e a rondar os 11 nascimentos com vida por mil habitantes, recuou para 10,0‰ em 2006, nível inferior ao estimado pelo Eurostat³ para o conjunto dos países membros (UE27 e UE 25= 10,5‰). De acordo com a estimativa para 2006 daquele organismo o indicador varia entre os 8 e os 15‰ continuando o nível mais elevado a pertencer à Irlanda (15,1‰), seguida da França (13,0‰), do Reino Unido (12,2‰), da Suécia (11,6‰) e Bélgica (11,5‰). O valor mais baixo localiza-se na Alemanha com 8,2 nados vivos por mil habitantes acompanhada, embora a uma certa distância, da Eslovénia e Lituânia, ambos com 9,1‰). A taxa bruta de natalidade de Portugal segue a evolução contrária observada nos últimos anos em alguns países com níveis de natalidade fracos. Se o valor registado pela Irlanda não surpreende, pois só muito recentemente deixou de assegurar as gerações deve salientar-se que a França e a Suécia, que detinham taxas com níveis muito fracos, confirmam, respectivamente a segunda e a terceira posição no valor do indicador. Por outro lado, muitos dos novos países aderentes surgem com taxas inferiores à média comunitária. Contudo, deve-se ter presente que a análise assenta em taxas brutas que não têm em conta o efeito da estrutura etária das populações em confronto.

Os nados vivos de mães com nacionalidade estrangeira e residência em Portugal multiplicaram por três a sua proporção no total nos nascimentos com vida entre 1995 e 2006, ano a que ascenderam a 9,1% do total.

As mães com nacionalidade dos países africanos de língua portuguesa (PALP) continuam a deter a parte mais importante, e sempre crescente dos nados vivos: 5,2 % em 2001 contra 9,19% em 2006.

De ressaltar a tendência em alta dos nascimentos de filhos de mães imigrantes provenientes de países da Europa do Leste (0,1% em 2000 e 1,9% em 2006). Os filhos de mães nacionais da Ucrânia, Roménia e da Moldávia assumem-se, entre estes, como os mais importantes e representam a quase totalidade.

O ritmo de crescimento dos nados vivos cuja mãe tem nacionalidade estrangeira marca a variação anual recente dos nascimentos com vida em Portugal, embora a análise só possa ser feita a partir de 1995, ano em que a variável nacionalidade passou a ser inquirida.

³ Eurostat (2007)- Statistics in Focus, Population and Social Conditions, 41/2007

A variação negativa da natalidade ocorrida no período entre 2001 e 2006 (7 325) é, assim, explicada exclusivamente pela diminuição dos nascimentos de mães portuguesas e como tal pela baixa da fecundidade.

Quadro 3

Nados vivos de mães residentes em Portugal, por nacionalidade, 2001-2006												
Continente / País de Nacionalidade	2001		2002		2003		2004		2005		2006	
	nº	%										
Total de Nados Vivos	112 774	100,00	114 383	100,00	112 515	100,00	109 298	100,00	109 399	100,00	105 449	100,00
Europa	107 934	95,71	108 622	94,96	106816	94,93	103332	94,54	102924	94,08	98605	93,51
Portugal	106 869	94,76	106 683	93,27	104484	92,86	100863	92,28	100304	91,69	95903	90,95
Alemanha	101	0,09	80	0,07	110	0,10	113	0,10	95	0,09	95	0,09
Bélgica	14	0,01	21	0,02	17	0,02	18	0,02	20	0,02	22	0,02
Espanha	99	0,09	132	0,12	147	0,13	119	0,11	157	0,14	148	0,14
França	280	0,25	340	0,30	330	0,29	300	0,27	282	0,26	200	0,19
Itália	24	0,02	25	0,02	31	0,03	27	0,02	36	0,03	31	0,03
Países Baixos	44	0,04	44	0,04	44	0,04	54	0,05	28	0,03	42	0,04
Reino Unido	95	0,08	70	0,06	108	0,10	103	0,09	119	0,11	127	0,12
Moldava	63	0,06	175	0,15	223	0,20	238	0,22	300	0,27	327	0,31
Roménia	83	0,07	276	0,24	384	0,34	492	0,45	566	0,52	650	0,62
Ucrânia	120	0,11	481	0,42	590	0,52	664	0,61	657	0,60	674	0,64
Rússia	46	0,04	101	0,09	131	0,12	139	0,13	129	0,12	110	0,10
Outros países Europa	96	0,09	194	0,17	217	0,19	202	0,18	231	0,21	276	0,26
África	3 649	3,24	3 873	3,39	3469	3,08	3391	3,10	3352	3,06	3157	2,99
Angola	1 396	1,24	1 496	1,31	1 277	1,13	1 205	1,10	1 206	1,10	953	0,90
Cabo Verde	1 136	1,01	1 260	1,10	1 119	0,99	1 092	1,00	1 076	0,98	1117	1,06
Guiné Bissau	495	0,44	490	0,43	483	0,43	492	0,45	478	0,44	278	0,26
Moçambique	218	0,19	185	0,16	163	0,14	146	0,13	141	0,13	111	0,11
S.Tomé e Príncipe	278	0,25	306	0,27	279	0,25	285	0,26	285	0,26	302	0,29
<i>Total dos PALP</i>	<i>3 523</i>	<i>3,12</i>	<i>3 737</i>	<i>3,27</i>	<i>3321</i>	<i>2,95</i>	<i>3220</i>	<i>2,95</i>	<i>3186</i>	<i>2,91</i>	<i>2761</i>	<i>2,62</i>
Outros Países África	126	0,11	136	0,12	148	0,13	171	0,16	166	0,15	396	0,38
América	920	0,82	1 567	1,37	1856	1,65	2178	1,99	2599	2,38	3166	3,00
América do Norte	78	0,07	109	0,10	107	0,10	86	0,08	90	0,08	57	0,05
América Central e do Sul	842	0,75	1 458	1,27	1749	1,55	2092	1,91	2509	2,29	3109	2,95
Brasil	711	0,63	1 309	1,14	1568	1,39	1909	1,75	2362	2,16	2958	2,81
Outros Países América	209	0,19	258	0,23	288	0,26	269	0,25	237	0,22	208	0,20
Ásia e Oceânia	265	0,23	310	0,27	372	0,33	444	0,41	519	0,47	517	0,49
China	160	0,14	212	0,19	257	0,23	292	0,27	357	0,33	330	0,31
Outros Países Ásia e Oceania	105	0,09	98	0,09	115	0,10	152	0,14	162	0,15	187	0,18
Apátridas e Desconhecida	6	0,01	11	0,01	2	0,00	11	0,01	5	0,00	4	
Total de nados vivos de mães estrangeiras	5 905	5,24	7 700	6,73	8 031	7,14	8 493	7,77	9 137	8,35	9 589	9,09

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas 2001-2006

Em Portugal é nas Regiões Autónomas da Madeira (11,9‰) e dos Açores (11,6‰) que o indicador regista, em 2006 os valores mais elevados. Em oposição, é a região do Alentejo que detém a taxa mais baixa (7,9‰) no caso das NUTS antigas. Se considerarmos as NUTS Novas o Alentejo continua a ser a região com a mais baixa taxa de natalidade do país (8,4‰) apesar de incluir a Região de Lezíria do Tejo. O Centro sobe ligeiramente para 8,7‰, pois ficou com mais 2 regiões o Oeste e o Médio Tejo em que a taxa é mais elevada e a região de Lisboa também sobe ligeiramente para 11,4‰.

O declínio da fecundidade deve ser avaliado quer pelo número anual dos nascimentos, com efeitos directos na dimensão da população, quer pela ordem de nascimento que permite estudar a concentração dos nascimentos, quer pelo indicador sintético de fecundidade que evidencia as modificações na dimensão da família e o grau de substituição das gerações.

Desde há mais de vinte anos que o nível de fecundidade em Portugal permanece continuamente inferior ao nível de substituição de gerações (2,1 crianças por mulher). Esta situação ocorreu cerca de cinco anos mais tarde do que a Itália embora nunca tenha alcançado níveis tão baixos como neste país.

A fecundidade em Portugal é caracterizada pelo seu envelhecimento, com a maior frequência da natalidade a passar do grupo etário dos 20-24 anos para o grupo dos 25-29 anos e o incremento dos nascimentos entre as mães com idades superiores a trinta anos.

Em 2001, a taxa de fecundidade no grupo etário dos 20-24 anos era de 56,7‰ e no final do período em análise, ou seja em 2006, situava-se em 45,5‰, enquanto o grupo etário dos 30-34 anos reforçou a posição aumentando de 80,9‰ para 83,8‰.

A análise do fenómeno segundo a ordem dos nascimentos evidencia um comportamento semelhante com os nascimentos nas idades mais avançadas a ganharem importância. De notar que no período analisado são os primeiros nascimentos, que determinam o calendário actual da fecundidade em Portugal. Em 2006, e tendo como referência o ano anterior, a taxa de fecundidade de segunda ordem aumentou a partir dos 35 anos.

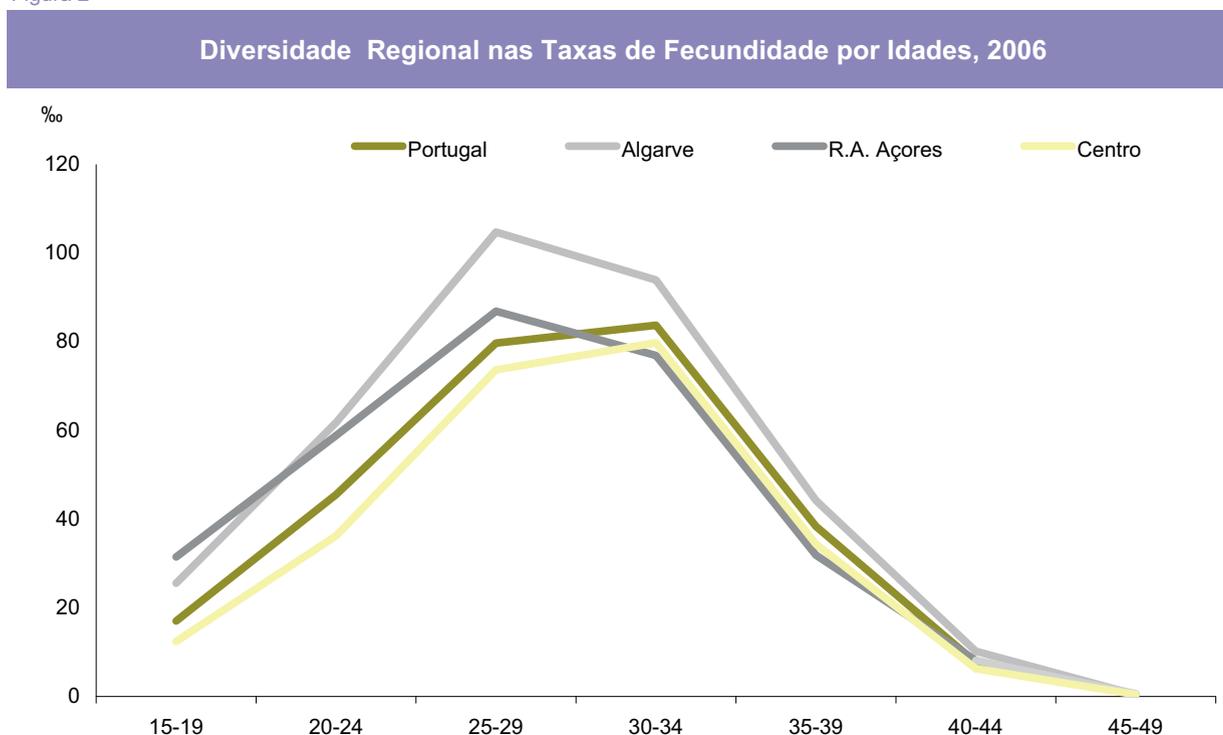
Quadro 4

Taxas de Fecundidade Segundo a Ordem de Nascimento (‰), Portugal, 2001-2006						
Idades	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Geral						
20-24	56,7	54,6	51,2	48,2	47,6	45,5
25-29	92,7	93,1	89,7	85,3	84,3	79,6
30-34	80,9	83,4	84,6	83,6	85,3	83,8
35-39	33,8	35,1	35,7	36,1	37,6	38,4
40-44	6,6	6,8	7,1	7,3	7,4	7,7
1ª ordem						
20-24	41,9	40,9	37,7	35,5	34,8	33,3
25-29	56,0	58,0	56,4	53,3	53,2	50,8
30-34	30,1	33,1	35,5	35,3	37,2	37,5
35-39	8,0	8,7	9,3	9,2	9,9	10,6
40-44	1,5	1,5	1,7	1,7	1,8	1,8
2ª ordem						
20-24	12,0	11,3	10,9	10,3	10,5	10,0
25-29	29,4	28,0	26,6	25,3	24,6	23,0
30-34	38,3	38,2	37,7	37,2	37,8	36,4
35-39	15,5	16,0	16,2	16,5	17,5	18,2
40-44	2,1	2,3	2,2	2,4	2,5	2,6

Fonte: Estatísticas Demográficas (cálculos das autoras)

Todas as regiões do país apresentam a mesma tendência para adiar a fecundidade. Desde 1994 que a Região Autónoma dos Açores possui a taxa de fecundidade mais elevada nas adolescentes (15-19 anos), atingindo em 2006, 31,6‰, enquanto as mais baixas se conservam no Centro (12,4‰) e no Norte (14,7‰). Lisboa e Vale do Tejo melhorou a taxa de fecundidade entre as adolescentes, de (23,4‰ em 2000 para 19,0‰ em 2006). Aos Açores, pertence igualmente a maior frequência de nascimentos nas camadas etárias entre os 20-24 anos, situação que reflecte o desfasamento temporal do calendário em relação às outras regiões. Algarve é a única região com taxa superior a 100 nados-vivos por mil mulheres em idade fértil com idades iguais a 25 anos e inferiores a trinta anos.

Figura 2



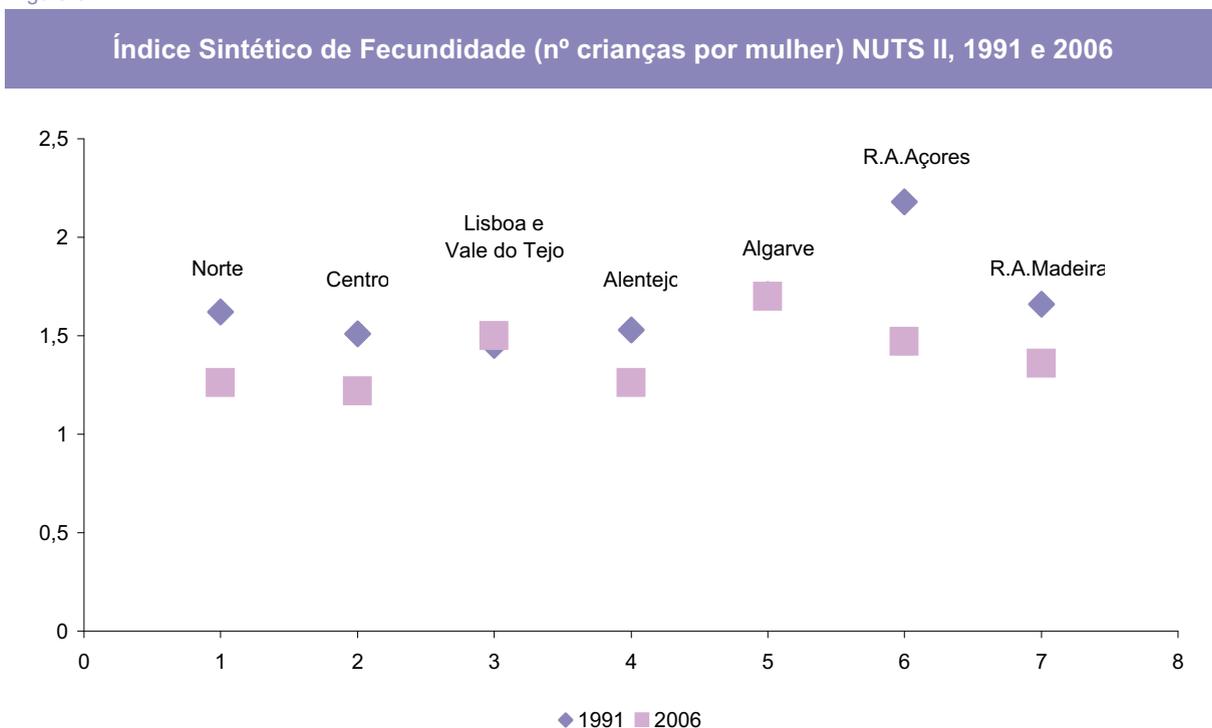
O índice sintético de fecundidade (ISF) que expressa o número de crianças por mulher tem descido, embora não continuamente, para atingir o nível de 1,36 em 2006 (1,41 em 2005).

De referir que o espaço comunitário registou novamente um ténue acréscimo do indicador, comparativamente ao ano anterior para o qual contribuíram, em particular a França (1,92), que passou a deter o primeiro lugar, a Irlanda (1,88), a Dinamarca, a Finlândia o Reino Unido, todos com 1,80 e a Suécia com 1,77 crianças por mulher. Os níveis mais baixos situam-se na Polónia, com 1,24 crianças por mulher, nível muito próximo dos observados na Eslováquia (1,25) e Eslovénia (1,26). Os níveis de fecundidade verificados na Europa são tão diminutos que a hierarquização dos países se procede na ordem das centésimas.

Em 2006, as regiões que apresentam o mais baixo índice sintético de fecundidade são o Centro (1,2 crianças por mulher), o Norte e o Alentejo (1,3 crianças por mulher) e os mais elevados mantêm-se na Região Autónoma dos Açores e no Algarve (1,5 e 1,7 crianças por mulher, respectivamente).

⁴ Eurostat (2007) – News Release, 8Th March: International Women's Day: A Statistical illustration of the situation of women and men in the EU 27, 32/2007

Figura 3



As taxas de reprodução bruta e líquida traduzem bem a evolução do índice sintético de fecundidade. De facto em 1981 a taxa líquida de reprodução era ligeiramente superior à unidade, o que significa que a substituição de cada geração estava assegurada ou seja, cada mãe tinha em média uma filha para a substituir. Nos anos noventa do século passado essa substituição não era garantida e cada mãe tinha ao longo do período fecundo, em média 0,7 crianças do sexo feminino, situação que se prolongou no início do século XXI. Acompanhando o andamento do índice sintético de fecundidade, o número de filhas revela-se, desde há mais de vinte anos, insuficiente para substituir as gerações de mulheres.

A evolução da idade média ao nascimento de um filho confirma o adiar do nascimento. Numa primeira fase da baixa de natalidade, que corresponde aos anos sessenta e setenta, a idade média à maternidade seguiu a mesma tendência decrescente. O sentido inverte-se, quando a substituição das gerações deixa de ser assegurada, e que se localiza no início dos anos oitenta do século XX. Desde então que a idade média ao nascimento do primeiro filho ou de um filho, independentemente da ordem que ocupa na hierarquia dos nascimentos com vida não cessa de elevar-se.

Nos primeiros seis anos do presente século as mulheres retardaram a idade média à primeira maternidade em 1,3 anos e tiveram, em 2006, o primeiro filho com a idade de 28,1 anos em média.

É na Região Autónoma dos Açores que as mulheres são mães pela primeira vez mais cedo, sendo a idade média ao nascimento do primeiro filho de: de 25,7 anos, e é na Região de Lisboa e Vale do Tejo que a idade média ao nascimento do primeiro filho é mais tardia, aos 28,5 anos.

Ao analisarmos o Quadro das idades médias ao 1º nascimento e ao nascimento de um filho por NUTS de 1989 e as NUTS de 2002, constata-se que a Região de Lisboa agrava de média ao 1º nascimento para os 28,6 anos, em compensação no Alentejo as mulheres têm o 1º filho mais cedo, aos 27,7 anos.

No presente, em Portugal, quase 3 nados vivos em cada 10 ocorrem fora do casamento. O significativo acréscimo dos nados vivos fora do casamento de 23,8% em 2001 para 31,6% em 2006 é outra característica a ressaltar na evolução da fecundidade e permitiu que a proporção se aproximasse da observada na UE (33,0% em 2005). Dentro dos países com informação disponível para 2006 a Grécia ocupa a posição mais fraca (5,3%), seguida do

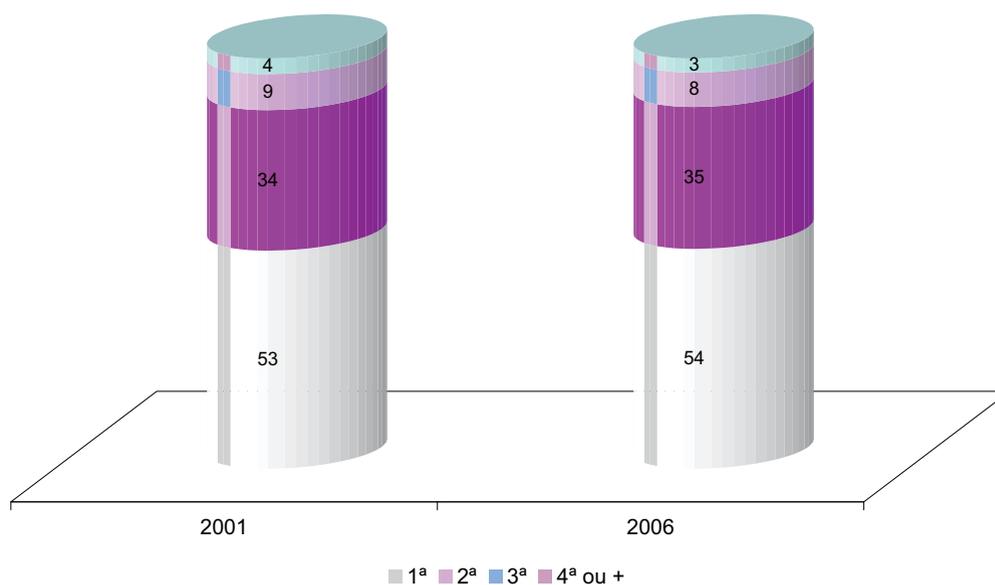
Chipre (5,6%) enquanto a Estónia (58,3%) e a Suécia (55,4%) ascendem aos primeiros lugares. Pode afirmar-se, apesar de ligeiras oscilações, que quase todos os países evidenciam uma tendência em alta. Em Portugal, o aumento, traduzido numa taxa de variação no período em análise, de cerca de 24%, conjugado com a diminuição do número de casamentos celebrados, indicia outras formas de conjugalidade. No mesmo sentido, a importância relativa dos nascimentos fora do casamento com coabitação dos pais confirma a opção dos casais por esta forma de vivência em comum.

Os nados vivos fora do casamento têm uma tendência oposta à do total dos nascimentos.

É sobretudo na região do Algarve (48,7%) e de Lisboa e Vale do Tejo (40,7%) que se encontram as maiores proporções de nascimentos fora do casamento; em oposição, as percentagens mais baixas situam-se no Norte (21,9 %) e na Região Autónoma dos Açores (22,6%). Estas posições mantêm-se ao longo do período em análise, podendo avançar-se que é nas regiões de alta natalidade que o peso dos nados vivos fora do casamento é menor.

Figura 4

Nados Vivos por Ordem de Nascimento (%), Portugal, 1995 e 2005



Desde 1988 que metade dos nascimentos com vida se reporta ao primeiro filho, importância relativa que se reforçou e atingiu 53,6% em 2006, contra 53,7% em 2005. A parte dos nascimentos de segunda ordem acompanha o comportamento da fecundidade, diminuindo quando esta começa a ser insuficiente para assegurar a substituição das gerações. Apesar de algumas oscilações, nota-se uma ligeira tendência em alta dos nascimentos de segunda ordem no período em análise (34,6% em 2006 contra 33,2% em 2001), reflectindo o andamento da curva da natalidade nos últimos anos. Desde o final dos anos oitenta que a importância relativa dos nascimentos de terceira ordem representa menos de 10% do total dos nascimentos com vida, não cessa de recuar para se situar em 8,4% em 2006. Os nascimentos de ordem igual ou superior a quatro assumem, nos anos mais recentes, valores muito pouco expressivos.

3. Nupcialidade e divorcialidade

Em 2006, celebraram-se 47 857 casamentos confirmando-se a redução observada no ano anterior e a taxa bruta de nupcialidade descido para 4,5‰.

Quadro 5

Indicadores sobre a Conjugalidade e Divorcialidade, Portugal, 2001-2006						
Indicadores	Anos					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Casamentos	58 390	56 467	53 735	49 178	48 671	47 857
Taxa Bruta de Nupcialidade (‰)	5,7	5,4	5,1	4,7	4,6	4,5
Idade média ao 1º casamento (anos)						
Homens	27,8	28,0	28,4	28,6	28,9	29,1
Mulheres	26,1	26,4	26,8	27,0	27,3	27,5
Idade média ao casamento (anos)						
Homens	29,8	30,0	30,5	30,9	31,3	31,7
Mulheres	27,4	27,6	28,2	28,5	28,9	29,2
Indicador conjuntural dos 1ºs casamentos						
Homens	0,65	0,64	0,63	0,53	0,52	0,51
Mulheres	0,69	0,67	0,67	0,57	0,56	0,55
Divórcios	18 851	27 708	22 818	23 614	22 576	22 881
Taxa Bruta de Divorcialidade (‰)	1,8	2,7	2,2	2,2	2,1	2,2
Idade média ao Divórcio (anos)						
Homens	40,8	40,3	40,5	43,0	41,0	41,4
Mulheres	38,2	37,8	39,3	40,4	38,6	39,1
Divórcios/Casamento (%)	32,3	49,1	42,1	48,0	46,4	47,8
Taxa Bruta de Viuvez (‰)						
Homens	2,7	2,7	2,7	2,5	2,6	2,5
Mulheres	6,2	6,2	6,2	5,9	6,1	5,9

Fonte: Estatísticas Demográficas (cálculos das autoras)

Importa referir que Portugal observa uma taxa de nupcialidade próxima da UE cuja média foi estimada em 4,8‰ em 2005⁵. O valor mais elevado é pertença do Chipre (7,8‰) e o mais baixo, da Eslovénia (2,9‰). A Suécia regista dos níveis mais fracos (4,9‰), como seria de esperar tendo em conta a elevada proporção de nascimentos fora do casamento. O facto da Dinamarca associar o nível de nupcialidade mais forte com uma percentagem de nados vivos fora do casamento próxima de 45%, nível bastante acima da média comunitária, parece indiciar a formalização da vivência em comum.

⁵ Eurostat (2005) - Statistics in Focus, Population and Social Conditions, 15/2005

Quadro 6

Casamentos segundo o estado civil anterior (%) Portugal, 2001-2006						
Indicadores	Anos					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Casamentos de mulheres solteiras	91,46	91,89	90,15	89,19	88,40	87,34
Casamentos de homens solteiros	89,09	89,16	87,73	86,90	86,02	84,71
Casamentos de mulheres viúvas	1,04	0,82	0,93	0,97	0,92	0,95
Casamentos de homens viúvos	1,66	1,38	1,42	1,45	1,48	1,41
Casamentos de mulheres divorciadas	7,49	7,28	8,92	9,84	10,69	11,71
Casamentos de homens divorciados	9,25	9,46	10,85	11,65	12,49	13,88

Fonte: Estatísticas Demográficas (cálculos das autoras)

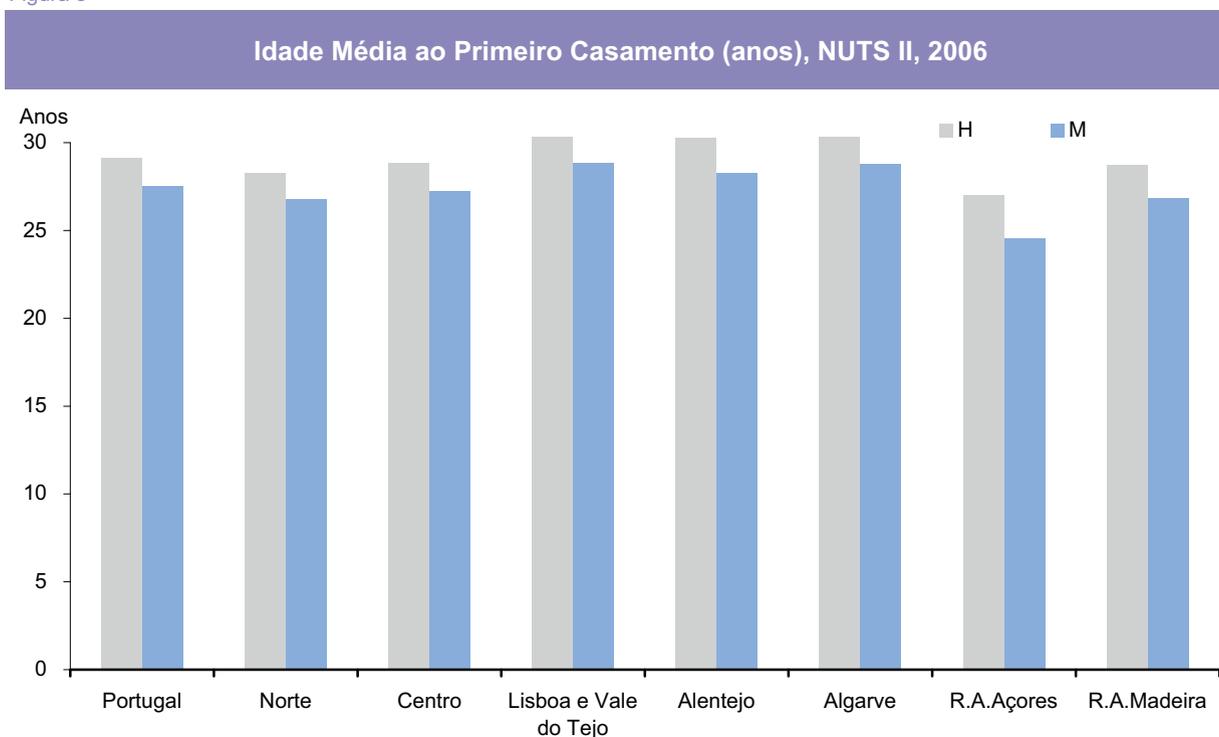
A proporção de casamentos de solteiros no total de casamentos diminuiu, tanto para homens como para mulheres. Reforçando a emergência de novos modelos familiares, nomeadamente a reconstituição de famílias, a importância relativa dos casamentos de divorciados continuou a crescer, representando, no final do período em análise, 11,7% entre as mulheres e 13,9% entre os homens. O recasamento de viúvos permanece mais frequente entre os homens (1,4%), com tendência para subir, à semelhança do que ocorre com as mulheres, facto que pode indiciar uma opção de viver em coabitação.

O indicador de primo nupcialidade inverteu o sentido a partir de 1999, tendo apenas 55% das mulheres celebrado o primeiro casamento até aos 50 anos em 2006, valor que baixa para 51% nos homens.

Em Portugal os jovens têm vindo adiar o casamento. Em 2001, os homens celebraram o primeiro casamento em média, com 27,8 anos, idade que se elevou para os 29,1 anos em 2006. Nas mulheres o adiamento é mais forte, com a idade a aumentar dos 25,7 para os 27,5 anos no mesmo período. A idade média ao casamento revela um comportamento semelhante.

Observa-se uma heterogeneidade na distribuição regional das idades médias ao primeiro casamento. É em Lisboa e Vale do Tejo que tantos os homens como as mulheres casam pela primeira vez mais tarde. Ao contrário, é na Região Autónoma dos Açores que os primeiros casamentos ocorrem mais cedo (27,0 anos para os homens e 24,5 para as mulheres em 2006).

Figura 5



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

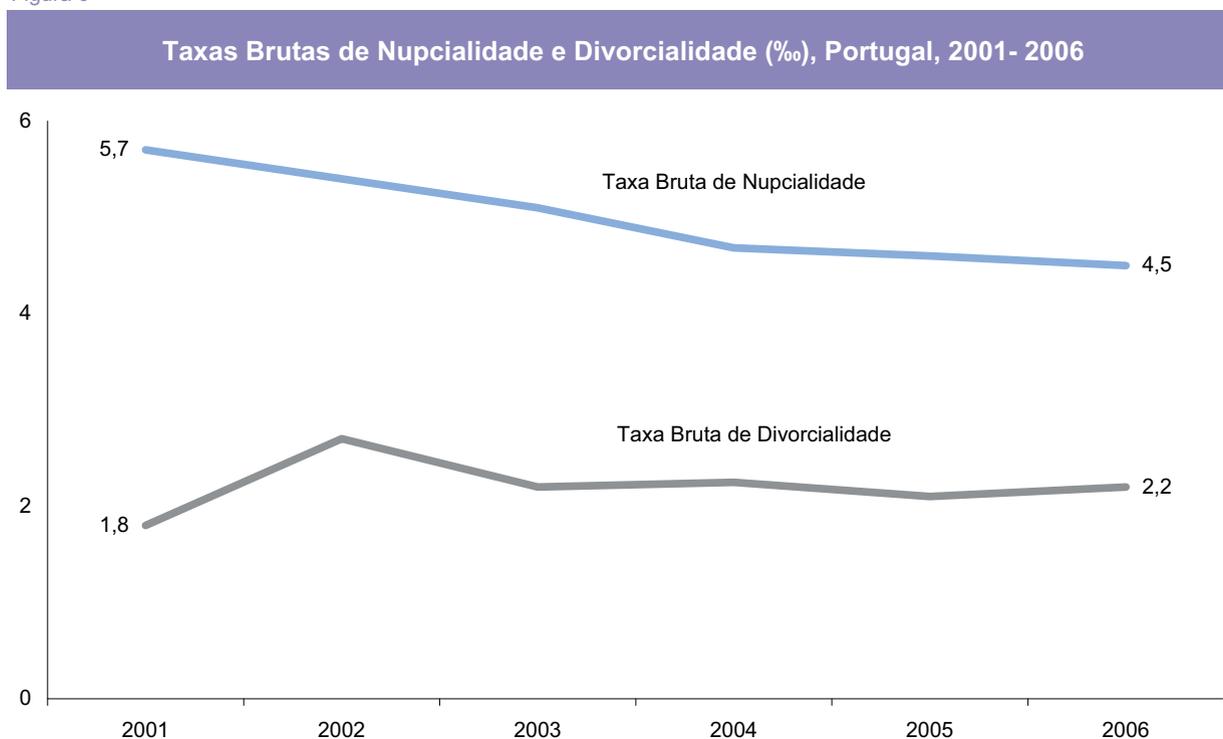
Os casamentos tornaram-se menos estáveis, situação bem evidenciada pelo acréscimo contínuo do número de divórcios, sobretudo no início do século XXI e pelo quociente entre o número de divórcios e o de casamentos. O forte aumento observado em 2002 pode reportar-se à mudança recente da legislação que facilita a obtenção da dissolução do casamento junto das conservatórias do registo civil. Em 2005, a variável retoma a tendência anterior, situando-se a taxa bruta de divorcialidade em 2,2 divórcios por mil habitantes, valor que tende a convergir com a taxa bruta de nupcialidade.

Portugal, tal como Espanha, regista uma taxa de divórcios que se insere na média comunitária do conjunto dos 25 países, (estimada para 2005 em 2,0 ‰) quase multiplicando por três as observadas na Irlanda e na Itália e duplicando a verificada na Grécia. A República Checa, Estónia e Lituânia com níveis iguais ou superiores a 3 ‰ possuem as taxas mais elevadas.

A idade média ao divórcio tem vindo a aumentar ao longo do período em análise, rondando, actualmente, os 41 anos para os homens e os 39 para as mulheres, reflectindo a diferença de idades ao casamento. Esta análise, à semelhança do ocorrido com o casamento, deve ter em conta o número de divórcios.

O ratio entre divórcios e casamentos não cessa de aumentar. Enquanto em 2001 por cada 100 casamentos celebrados havia 32 divórcios em 2006 a relação ascende a 48.

Figura 6

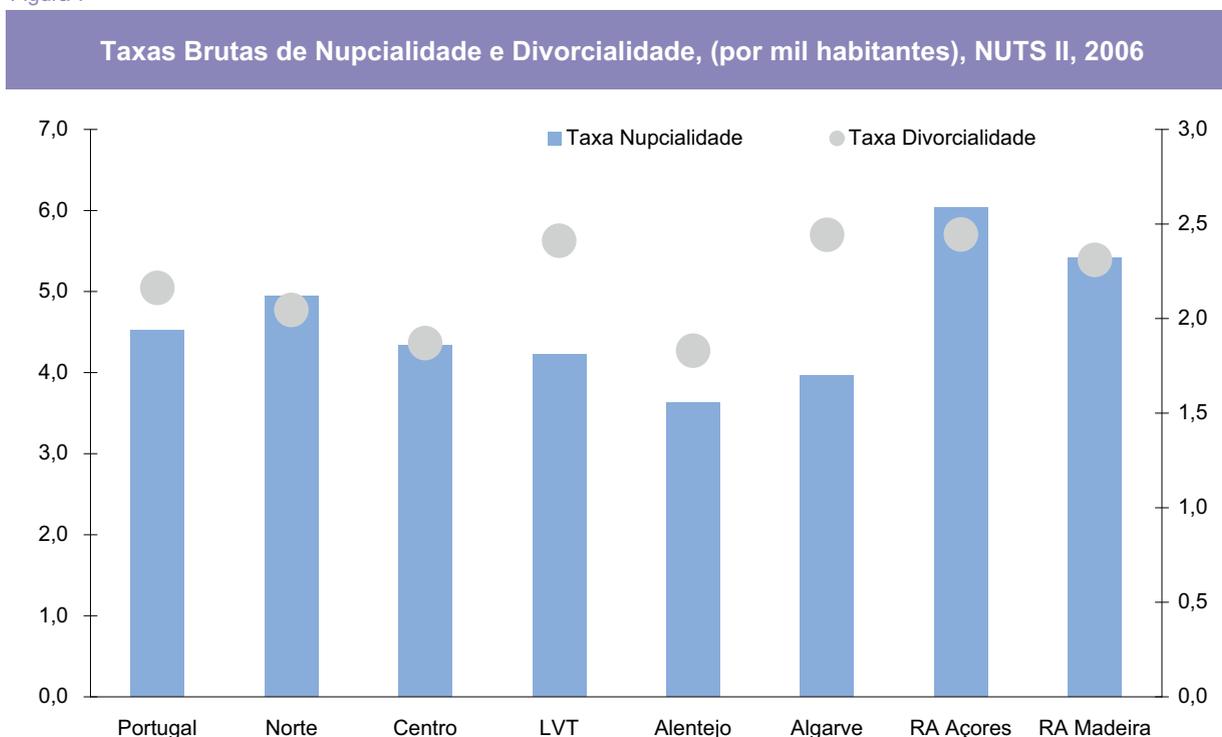


Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas de População Residente

As disparidades regionais em termos de formação e dissolução de casamentos persistem. As Regiões Autónomas detêm as taxas de nupcialidade mais elevadas, seguidas do Norte. No que se refere às taxas de divorcialidade é em Lisboa e Vale do Tejo, no Algarve, as regiões onde se casa mais tarde, e na Região Autónoma dos Açores, onde se verifica a maior frequência de casamentos, que se encontram os valores mais expressivos. O Norte regista simultaneamente a taxa de nupcialidade mais elevada entre as regiões do Continente (4,9‰) e a taxa de divorcialidade mais baixa do país (2,0‰).

Observa-se uma ligeira diferença se analisarmos por NUTS Antigas e NUTS Novas conforme se pode ver no quadro anexo.

Figura 7



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População

4. Mortalidade

É na diminuição da mortalidade e sobretudo no modelo de mortalidade por idades que se encontra a causa explicativa do envelhecimento no topo da pirâmide por idades. De facto os ganhos alcançados tornaram possível a sobrevivência de um número crescente de pessoas idosas.

Na UE esta situação ocorre com a designada primeira transição epidemiológica ligada à rarefacção dos óbitos causados por doenças infecciosas e que terminou em toda a Europa Ocidental entre 1950 e 1960. A esta transição epidemiológica seguiu-se um novo período de recuo da mortalidade como consequência dos progressos terapêuticos na luta contra as doenças de degenerescência orgânica (cancro e doenças cardiovasculares) e a importância da prevenção.

Portugal, à semelhança da Espanha e da Grécia, na segunda metade do século XX estava afastado de outros países da UE em cerca de 10 anos na esperança de vida. O País vem a recuperar e em quarenta anos ganhou 12,5 anos de vida nos homens e 13,7 anos nas mulheres.

Os anos 70 do século XX foram os anos de grande progresso no campo da mortalidade para os países da comunidade, embora com ritmos diferentes. A baixa da mortalidade implica todo um processo em que interagem os factores biológicos e o ambiente. Por outro lado, muitas doenças tornaram-se crónicas como é caso da SIDA em que os doentes a vivem mais de quinze com a doença, desde que tenham um adequado acompanhamento médico e terapêutico.

Em 2006, registaram-se 101 990 óbitos de residentes em Portugal, ou seja uma redução de 5,1 % face ao ano anterior.

Quadro 7

Indicadores sobre a Mortalidade e Longevidade, Portugal, 2001-2006						
Indicadores	Anos					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Óbitos	105 092	106 258	108 795	101 932	107 462	101 990
<i>Homens</i>	54 838	55 687	55 966	53 201	55 484	53 473
<i>Mulheres</i>	50 254	51 003	52 829	48 809	51 978	48 517
Relação de masculinidade à morte (%)	109,1	109,2	105,9	109,0	106,7	110,2
Taxa Bruta de Mortalidade (‰)	10,2	10,2	10,42	9,7	10,2	9,6
Óbitos com menos de um ano	567	574	464	412	386	349
Taxa de Mortalidade Infantil (‰)	5,0	5,0	4,1	3,8	3,5	3,3
Esperança de vida à nascença (anos)						
Homens	73,39	73,68	74,00	74,53	74,90	75,18
Mulheres	80,37	80,56	80,57	80,98	81,39	81,75
Esperança de vida aos 45 anos (anos)						
Homens	31,78	31,91	31,94	32,26	32,52	32,67
Mulheres	36,98	37,13	37,1	37,39	37,69	37,97
Esperança de vida aos 65 anos (anos)						
Homens	15,55	15,68	15,68	15,95	16,16	16,31
Mulheres	19,01	19,15	19,07	19,30	19,55	19,78

Fonte: INE, Estimativas de População Residente e Estatísticas Demográficas, 2001- 2006 .

A taxa bruta de mortalidade, embora com algumas flutuações, estabilizou à volta dos 10 óbitos por mil habitantes, valor que se insere na média comunitária⁶ (UE27= 9,7 ‰ e UE25= 9,5‰ em 2006). A taxa bruta de mortalidade mais elevada situa-se na região do Alentejo (13,7‰) e a mais baixa na região do Norte (8,3‰) em 2006.

Entre os países da UE as taxas mais elevadas situavam-se, em 2006, na Letónia (14,6‰), Lituânia (13,3‰) e na Estónia e na Hungria (13,1 ‰). Ao contrário, as taxas mais baixas encontram-se Irlanda (6,3‰) e no Chipre (6,8‰).

Com uma taxa de mortalidade infantil igual a 3,3 óbitos com menos de um ano por mil nados vivos Portugal situa-se, em 2005, pela segunda vez consecutiva a nível inferior à média comunitária, estimada⁶ para o mesmo ano (UE25 =4,5‰). A Roménia (13,9‰) e a Bulgária (9,7‰), surgem com as taxas mais elevadas, embora provisórias, enquanto a Suécia (2,4‰), e Luxemburgo (2,5‰) observam os níveis mais baixos. De ressaltar que a Grécia (4,1‰) e a Itália (4,7‰), ainda recentemente com níveis inferiores aos portugueses assumem, no presente níveis mais elevados. Os valores extremamente baixos que o indicador atingiu e o facto de o Eurostat divulgar a informação como provisória aconselham alguma prudência na sua análise anual e podem explicar as mudanças de posicionamento dos países. Como curiosidade pode adiantar-se que os antigos manuais de Demografia referiam que o nível de mortalidade infantil nunca poderia ser inferior a 5 ‰, pois este era a parte atribuída à componente endógena da mortalidade infantil sobre a qual não se conseguia actuar.

⁶ Eurostat (2006) - Statistics in Focus, Population and Social Conditions, 16/2006

A análise das mortes segundo a nacionalidade do indivíduo revela que os valores não são muito significativos. A variável nacionalidade só em 1996 foi introduzida no verbete de óbito e registou, nesse mesmo ano, a morte de 378 indivíduos de nacionalidade estrangeira residentes em Portugal. Aos indivíduos provenientes dos países africanos de língua portuguesa corresponde a quase totalidade de óbitos de nacionalidade africana. Dentro dos europeus, apesar de não representarem proporções significativas, as mais elevadas pertencem aos ingleses. Esta constatação confirma as razões diferentes em que se processa a imigração e as diferentes idades em que a mesma ocorre.

Quadro 8

Óbitos de população com nacionalidade estrangeira residente em Portugal, por nacionalidade, 1996-2006								
Continente / País de Nacionalidade	1996		2000		2005		2006	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Total de Óbitos	106 881	100,00	105 364	100,00	107 462	100,00	101 990	100,00
Europa	106 285	99,44	104 694	97,95	106 799	99,38	101 204	99,23
Portugal	106 009	99,18	104 391	97,67	106 337	98,95	100 737	98,77
Alemanha	49	0,05	36	0,03	52	0,05	55	0,05
Bélgica	7	0,01	6	0,01	12	0,01	13	0,01
Espanha	95	0,09	79	0,07	66	0,06	69	0,07
França	20	0,02	24	0,02	23	0,02	29	0,03
Itália	10	0,01	14	0,01	11	0,01	18	0,02
Países Baixos	9	0,01	13	0,01	26	0,02	18	0,02
Reino Unido	54	0,05	70	0,07	93	0,09	107	0,10
Outros países U.E.	18	0,02	17	0,02	15	0,01	20	0,02
Outros países Europa	14	0,01	44	0,04	164	0,15	98	0,10
Moldava			4	0,00	20	0,02	14	0,01
Roménia			4	0,00	19	0,02	15	0,01
Ucrânia			13	0,01	84	0,08	73	0,07
Rússia	1	0,00	9	0,01	13	0,01	10	0,01
África	429	0,40	498	0,47	492	0,46	1051	1,03
Angola	85	0,08	114	0,11	108	0,10	128	0,13
Cabo Verde	233	0,22	219	0,20	221	0,21	260	0,25
Guiné Bissau	48	0,04	84	0,08	95	0,09	52	0,05
Moçambique	23	0,02	25	0,02	21	0,02	23	0,02
S.Tomé e Príncipe	24	0,02	39	0,04	26	0,02	32	0,03
<i>Total dos PALPS</i>	<i>413</i>	<i>0,39</i>	<i>481</i>	<i>0,45</i>	<i>471</i>	<i>0,44</i>	<i>495</i>	<i>0,49</i>
Outros Países	16	0,01	17	0,02	21	0,02	61	0,06
América	92	0,09	88	0,08	132	0,12	150	0,15
América do Norte	37	0,03	23	0,02	27	0,03	28	0,03
América Central e do Sul	55	0,05	65	0,06	105	0,10	122	0,12
Brasil	47	0,04	60	0,06	92	0,09	113	0,11
Outros Países da América	5	0,00	4	0,00	9	0,01	9	0,01
Ásia e Oceania	23	0,02	18	0,02	35	0,03	0	0,00
China	2	0,00	2	0,00	4	0,00	7	0,01
País Desconhecido	15	0,01	15	0,01	1	0,00	36	0,04
Total de óbitos de residentes estrangeiros	872	0,82	973	0,91	1125	1,05	1253	1,17

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (cálculos das autoras)

As principais causas de morte⁷, registadas em 2005, último ano para o qual existe informação disponível, são as doenças do aparelho circulatório (34,0%), os tumores/neoplasias (21,1%) e os sintomas, sinais e resultados anormais (11,8%). Entre as doenças do aparelho circulatório, as cerebrovasculares continuam a ser a primeira causa de morte em Portugal. Os problemas de hipertensão, níveis elevados de colesterol, os hábitos alimentares e os estilos de vida, incluindo a sedentarização, explicam a importância que estas causas de morte assumem quando comparadas com os países da UE. As doenças cerebro-vasculares (15,1% do total das mortes) representam o dobro das cardiopatias isquémicas (8,0%), afectam principalmente as mulheres e têm a maior expressão nas idades avançadas, ocorrendo 42% a partir dos 65 anos. Em 2005, a importância relativa da morte devida à referida causa continuou a progredir e assume particular relevância entre os homens a partir dos 50 anos sendo praticamente o dobro da ocorrida nas mulheres. A situação inverte-se a partir dos 75 anos de idade, quando a sobremortalidade feminina se torna fortemente gravosa, traduzindo a maior longevidade da mulher. Pode afirmar-se que as doenças cérebro vasculares, à semelhança das doenças isquémicas, pneumonia, doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas e as doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos estão particularmente associadas ao envelhecimento.

Quadro 9

Principais causas de morte em Portugal (em percentagem do total de óbitos), 2002 - 2005

Causas de Morte	CID - 10	2002 (%)			2003 (%)			2004 (%)			2005 (%)		
	Lista Europeia	HM	H	M									
Tuberculose	2	0,3	0,5	0,1	0,3	0,5	0,2	0,3	0,4	0,2	0,3	0,4	0,1
Doenças pelo vírus da imunodeficiência humana (VIH)	4	0,9	1,5	0,3	0,9	1,4	0,4	0,9	1,4	0,4	0,8	1,2	0,4
Tumores Malignos	7	20,9	23,7	17,8	20,8	24,0	17,4	21,8	24,8	18,5	21,1	24,1	17,9
Tumor maligno do esófago	9	0,5	0,8	0,2	0,5	0,8	0,2	0,6	0,9	0,2	0,5	0,9	0,2
Tumor maligno do estômago	10	2,4	2,8	1,9	2,3	2,7	1,8	2,3	2,7	2,0	2,3	2,6	1,9
Tumor maligno do colon	11	2,1	2,2	1,9	2,1	2,2	2,0	2,3	2,4	2,1	2,2	2,4	2,1
Tumor maligno da laringe, traqueia, brônquios e pulmões	15	3,2	5,0	1,2	3,3	5,3	1,1	3,4	5,4	1,2	3,3	5,3	1,3
Tumor maligno da mama feminina	17	1,5	0,0	3,0	1,4	0,0	2,9	1,4	0,0	3,0	1,4	0,0	2,8
Tumor maligno da próstata	21	1,6	3,1	0,0	1,6	3,0	0,0	1,7	3,2	0,0	1,5	2,9	0,0
Tumor maligno do tecido linfático, hematopoético e tecidos relacionados	24	1,7	1,7	1,6	1,7	1,8	1,6	1,7	1,7	1,7	1,6	1,7	1,6
Diabetes Mellitus	27	4,2	3,3	5,1	4,2	3,4	4,9	4,4	3,6	5,2	4,3	3,5	5,0
Doenças do Aparelho Circulatório	33	38,4	33,6	43,7	37,6	32,8	42,7	36,3	31,8	41,2	34,0	29,5	38,9
Cardiopatia Isquémica	34	8,9	9,4	8,4	8,8	9,0	8,6	8,7	9,1	8,2	8,0	8,2	7,8
Outras doenças cardíacas	35	6,6	5,3	8,0	6,4	5,2	7,7	6,5	5,3	7,8	6,1	4,8	7,5
Doenças cerebro-vasculares	36	18,3	15,2	21,8	17,5	14,6	20,6	16,4	13,7	19,4	15,1	12,8	17,6
Pneumonia	39	3,3	3,4	3,2	3,5	3,6	3,4	3,3	3,2	3,4	4,3	4,3	4,4
Doenças crónicas das vias aéreas inferiores	40	2,5	3,2	1,8	2,5	3,2	1,8	2,4	3,0	1,7	2,6	3,4	1,8
Doenças Crónicas do Fígado	44	1,6	2,2	0,9	1,5	2,1	0,8	1,6	2,3	0,9	1,4	2,1	0,7
Sintomas, Sinais e resultados anormais de exames clínicos e de laboratório/classificados em outra parte	55	9,4	8,3	10,7	10,0	8,8	11,2	9,6	8,6	10,7	11,8	11,4	12,3
Outras Causas de Morte		18,4	20,4	16,3	18,8	20,2	17,3	19,5	21,0	17,8	19,3	20,1	18,5
TOTAL DE ÓBITOS		100,0											
Acidentes de transporte	60	38,7	41,2	31,7	35,5	38,7	27,3	32,2	35,2	24,5	18,7	24,4	9,7
Lesões autoprovocadas intencionalmente	63	21,1	22,4	17,5	20,5	22,0	16,7	22,0	23,1	19,4	12,4	15,5	7,5
Outras Causas de Morte Externas	58	40,2	36,4	50,9	44,0	39,3	56,0	45,8	41,8	56,2	69,0	60,1	82,7
TOTAL CAUSAS EXTERNAS DE MORTALIDADE		100,0											

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde (cálculos das autoras)

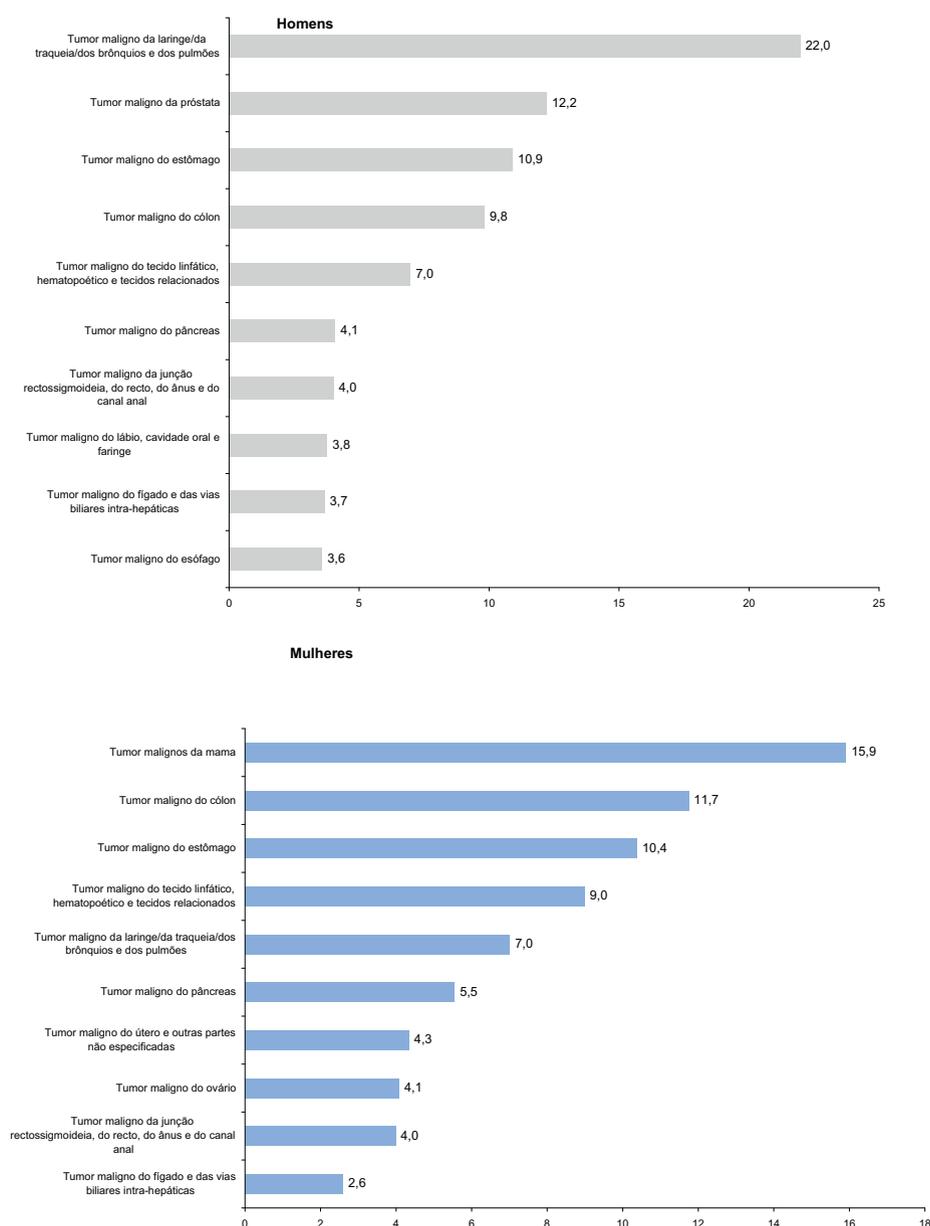
⁷ Com base na 10ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID 10), em vigor em Portugal desde 2002.

Entre os tumores malignos, em 2005, o da laringe, traqueia, brônquios e pulmões ocupa o primeiro lugar como causa de morte, nos homens (22,0%) seguido do tumor da próstata (12,2%). Idêntica hierarquia é reservada, nas mulheres, ao tumor maligno da mama (15,9%) e ao do cólon (11,7%). O tumor do estômago adquire um peso idêntico tanto nos homens (10,9%) como nas mulheres (10,4%), e detém, em ambos os casos, a terceira posição. Não é possível com base no registo das Estatísticas de Saúde, fonte de informação, para o estudo do fenómeno da mortalidade apurar os óbitos causados por acidentes em veículos de duas rodas e se a morte ocorre enquanto condutores ou como passageiros.

A quase totalidade das mortes devidas às doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos observa-se nas pessoas idosas e, em particular nas mais idosas. As mortes provocadas pela diabetes mellitus ocorrem essencialmente nas idades superiores a 74 anos e sobretudo nas mulheres. Situação idêntica verifica-se com a doença de Alzheimer.

Figura 9

Óbitos de residentes em Portugal causados por tumores malignos, por sexo, 2005 (CID-10)



Fonte: INE, Estatísticas da Saúde 2005, Lista Europeia Sucinta (cálculo das autoras).

Entre os tumores malignos, em 2005, o da laringe, traqueia, brônquios e pulmões ocupa o primeiro lugar como causa de morte, nos homens (22,0%) seguido do tumor da próstata (12,2%). Idêntica hierarquia é reservada, nas mulheres, ao tumor maligno da mama (15,9%) e ao do cólon (11,7%). O tumor do estômago adquire um peso idêntico tanto nos homens (10,9%) como nas mulheres (10,4%), e detém, em ambos os casos, a terceira posição.

As mortes atribuídas aos tumores malignos da laringe, traqueia, brônquios e pulmões, para os homens, e o da mama, para as mulheres, não cessam de aumentar, tal como as doenças cérebro vasculares em qualquer dos sexos, com maior incidência nas mulheres.

Em 2005, registaram-se 1 373 óbitos por acidente de transporte (CID-10, Lista Europeia) concentrando-se quase metade no grupo etário dos 15-39 anos, e em particular na faixa etária entre os 20 e os 24 anos.

Quadro 10

Óbitos causados por Acidentes de transporte (CID 10), Portugal, 2002-2005												
Idades	2002			2003			2004			2005		
	HM	H	M									
15-19	158	130	28	110	82	28	121	94	27	108	90	18
20-24	242	209	33	241	207	34	211	177	34	154	128	26
25-29	233	195	38	195	157	38	193	170	23	120	99	21
30-34	177	155	22	158	139	19	147	123	24	109	92	17
35-39	160	143	17	146	120	26	127	115	12	104	89	15
15-39	970	832	138	850	705	145	799	679	120	595	498	97
Total	2 220	1 739	481	1 997	1 561	436	1 760	1 385	375	1 373	1 092	281
Em percentagem												
15-19	100,0	82,3	17,7	100,0	74,5	25,5	100,0	77,7	22,3	100,0	83,3	16,7
20-24	100,0	86,4	13,6	100,0	85,9	14,1	100,0	83,9	16,1	100,0	83,1	16,9
25-29	100,0	83,7	16,3	100,0	80,5	19,5	100,0	88,1	11,9	100,0	82,5	17,5
30-34	100,0	87,6	12,4	100,0	88,0	12,0	100,0	83,7	16,3	100,0	84,4	15,6
35-39	100,0	89,4	10,6	100,0	82,2	17,8	100,0	90,6	9,4	100,0	85,6	14,4
15-39	100,0	85,8	14,2	100,0	82,9	17,1	100,0	85,0	15,0	100,0	83,7	16,3
Total	100,0	78,3	21,7	100,0	78,2	21,8	100,0	78,7	21,3	100,0	79,5	20,5

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde (cálculos das autoras)

Não é possível com base no registo das Estatísticas de Saúde, fonte de informação, para o estudo do fenómeno da mortalidade apurar os óbitos causados por acidentes em veículos de duas rodas e se a morte ocorre enquanto condutores ou como passageiros.

A quase totalidade das mortes devidas às doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos observa-se nas pessoas idosas e, em particular nas mais idosas.

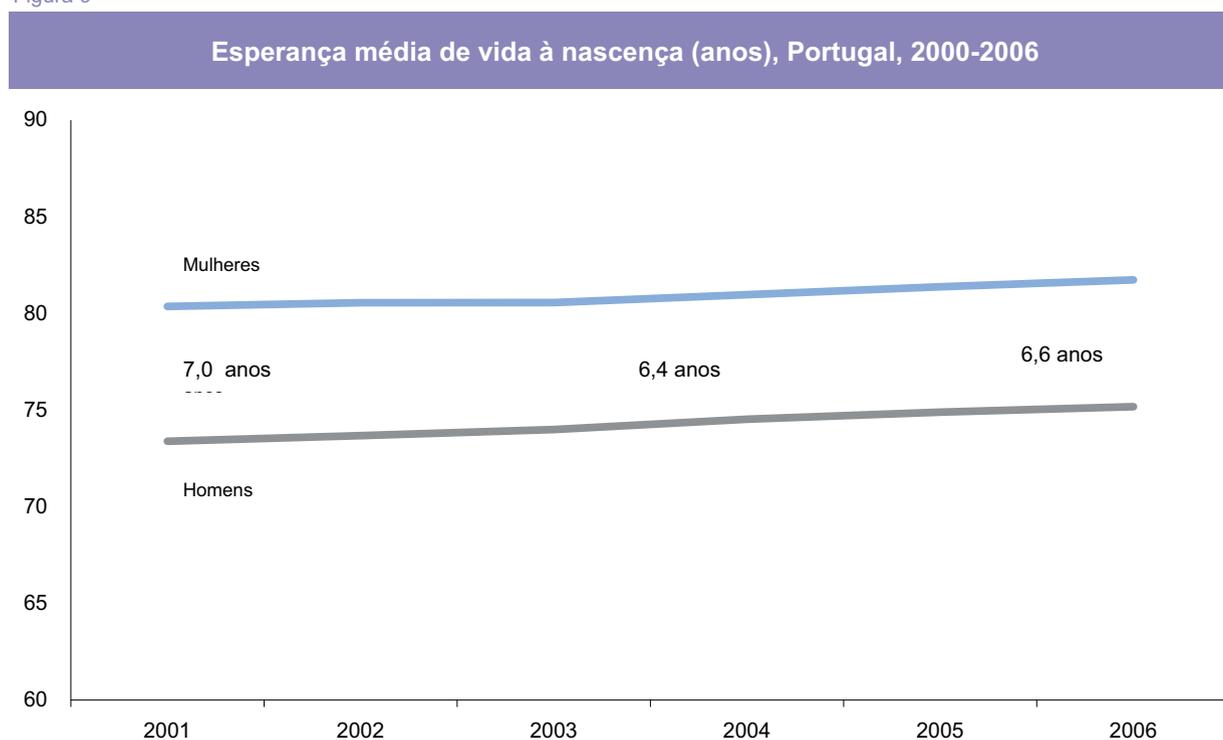
5. Esperança de vida

A análise de tábuas de mortalidade sucessivas permite identificar o avanço no campo da esperança de vida. Entre 2000 e 2006 a esperança de vida à nascença aumentou em Portugal 1,8 anos para os homens e 1,4 anos para as mulheres e situou-se em 75,2 anos e 81,8 respectivamente, valores próximos da média europeia⁸ (75,8 anos nos homens e 81,9 anos nas mulheres em 2005, na UE25) e que o colocam num lugar intermédio tanto para os homens como para as mulheres.

O ritmo de crescimento da longevidade, no período em análise, foi mais rápido entre os homens (2,4%) do que entre as mulheres (1,7%), provocando o atenuar do fenómeno da sobremortalidade masculina, à semelhança do verificado em outros países.

Os valores analisados são deduzidos das tábuas de mortalidade abreviadas assentes em média de óbitos para minimizar os efeitos das oscilações anuais dos óbitos.

Figura 9



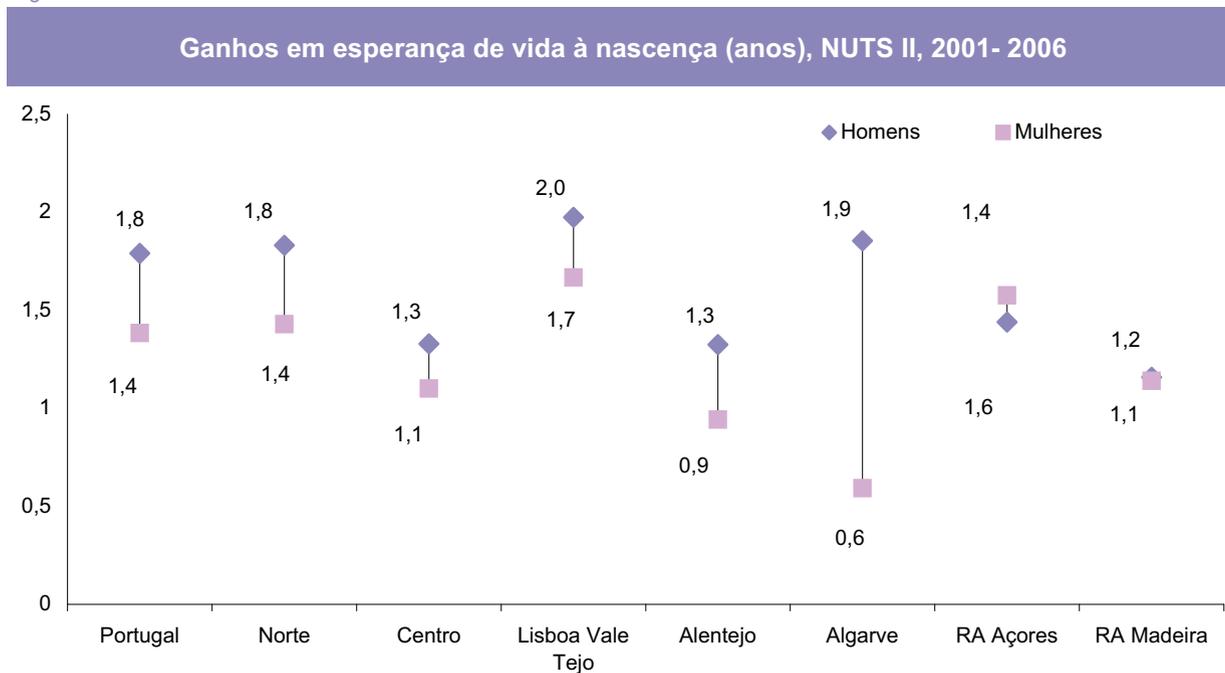
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas de População Residente (cálculo das autoras)

Com o alargamento da Europa Comunitária aumenta a amplitude da esperança de vida observando-se os valores mais elevados, para os homens, na Suécia e em Chipre (78,8 anos) e para as mulheres em Espanha e França ambos com 83,8 anos. Os níveis mais baixos são pertença da Letónia, Estónia, Lituânia e Hungria, e ainda muito afastados dos 70 anos no caso dos homens e dos 78 anos para as mulheres (excepto a Lituânia que tem 77,8 anos).

O excesso de mortalidade masculina face à mortalidade feminina, designado como fenómeno da sobremortalidade masculina está bem visível na análise dos quocientes de mortalidade para cada sexo e expresso através da relação da sobremortalidade. Este indicador, cresce desde a nascença e atinge o valor máximo no ano de 2006 na idade exacta dos 20 anos, idade em que o risco de morte é praticamente igual a três homens por cada mulher. O rácio diminui gradualmente com o avanço da idade, permanecendo triplo até à idade dos 45 anos. Aos 75 anos o risco de morte dos homens é praticamente metade do observado aos 20 anos.

⁸ Eurostat (2005) - Statistics in Focus, Population and Social Conditions, 15/2005

Figura 10



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas de População Residente (cálculo das autoras)

Actualmente, estima-se que os homens que atinjam os 60 anos de idade vivam ainda mais 20,2 anos, enquanto as mulheres que alcancem a mesma idade podem esperar viver mais 24,2 anos. Os ganhos foram idênticos nos dois sexos, face aos valores estimados no período anterior. Observa-se uma evolução semelhante para a idade dos 70 anos.

O aumento da longevidade tende a atenuar-se à medida que os ganhos em termos de anos de vida progridem. Esta evolução estende-se a todas as regiões NUTS II do país, embora com diferente intensidade. É no Centro que tanto homens como mulheres viviam em média, em 2005/2006, o maior número de anos (76,1 anos e 82,2 anos, respectivamente). Ao contrário, é na Região Autónoma da Madeira que em média se vive menos, não tendo os homens conseguido ultrapassar os setenta anos enquanto as mulheres alcançam os 78 anos de vida média.

Os maiores ganhos em termos de esperança média de vida entre 2000 e 2006 observam-se, em Lisboa e Vale do Tejo e quantificaram-se em 2,6 anos para os homens e 2,1 anos para as mulheres. Em oposição, os menores ganhos ocorreram na Região Autónoma da Madeira (1,4 nos homens e 1,0 anos nas mulheres) que continua assim a ocupar a última posição em termos de vida média, nos homens com 69,4 anos.

Nota-se um retrocesso na esperança de vida em 2005/2006, em algumas regiões sobretudo nas idades mais avançadas. A partir dos 65 anos os ganhos de vida em relação ao período anterior sofreram ligeiras quebras em todas as regiões, com excepção de Lisboa e Vale do Tejo, sobretudo as mulheres.

Pertence a Lisboa e Vale do Tejo o maior aumento quantificado em 2,1 anos para os homens e 1,6 anos para as mulheres. Em oposição, os menores ganhos ocorreram na Região Autónoma da Madeira no que se refere aos homens (1,3 anos) e no Algarve no que se reporta às mulheres (0,6 anos). Na região Autónoma dos Açores o indicador observou um aumento de 1,3 anos para os homens, consolidando o valor superior a 70 anos, atingindo, pela primeira vez em 2005.

As razões desta longevidade são conhecidas e prendem-se com a maior protecção hormonal que a mulher possui até atingir a menopausa. Os avanços na medicina e a adopção de tratamentos hormonais de substituição, eventualmente podem conferir uma posição favorável às mulheres que contrabalança todas as situações de stress, provocadas pela sua maior participação no mercado de trabalho, envolvimento em acidentes de veículos a motor e a adopção de comportamentos de risco semelhantes aos dos homens, no que se refere ao consumo de álcool e tabaco.

Actualmente—, estima-se que os homens que atinjam os 65 anos vivam em média mais cerca de 16 anos enquanto para as mulheres a vida média esperada e à mesma idade, sobe para cerca de 20 anos. Enquanto que os homens que chegam aos 80 anos podem viver mais um ano do que em 1991, as mulheres conseguiram um ganho mais modesto (0,9 anos).

Espera-se que em 2006, de 100 000 nados vivos, só 92 622 homens alcancem a idade exacta dos 50 anos, número substancialmente inferior ao das mulheres que sobrevivem à mesma idade (96 934).

De ressaltar que o número de homens sobreviventes aos 80 anos (46 115), em 2006 é inferior ao número de mulheres sobreviventes à mesma idade em 1991/92 (56 270).

Quadro 11

Esperança de vida (em anos) e níveis de sobrevivência às diversas idades, Portugal, 2001-2006													
Anos	e ₀ anos		e ₂₀		e ₅₀		e ₆₀		e ₇₀		e ₈₀		
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
Esperança de vida (ex)													
2000/01	73,39	80,37	54,38	61,08	27,49	32,35	19,29	23,32	12,15	14,92	6,81	8,17	
2001/02	73,68	80,56	54,61	61,25	27,63	32,50	19,43	23,45	12,27	15,03	6,86	8,18	
2002/03	74,00	80,57	54,81	61,24	27,67	32,45	19,46	23,40	12,26	14,94	6,75	8,01	
2003/04	74,53	80,98	55,26	61,58	27,97	32,73	19,75	23,66	12,46	15,16	6,86	8,14	
2004/05	74,90	81,39	55,61	61,92	28,20	33,02	19,99	23,93	12,63	15,40	6,98	8,31	
2005/06	75,18	81,75	55,86	62,24	28,35	33,29	20,17	24,17	12,78	15,61	7,04	8,43	
Anos	l ₀ anos		l ₂₀		l ₅₀		l ₆₀		l ₇₀		l ₈₀		
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	
Número de sobreviventes (lx)													
2000/01	100 000	100 000	98 518	99 056	90 712	96 082	83 887	92 750	69 484	85 110	41 301	63 051	
2001/02	100 000	100 000	98 609	99 092	90 976	96 173	84 174	92 898	69 948	85 413	42 063	63 939	
2002/03	100 000	100 000	98 789	99 112	91 478	96 307	84 648	93 035	70 539	85 661	42 642	64 334	
2003/04	100 000	100 000	98 921	99 206	92 010	96 563	85 328	93 384	71 707	86 224	44 177	65 637	
2004/05	100 000	100 000	98 959	99 297	92 359	96 755	85 653	93 672	72 470	86 699	45 216	66 767	
2005/06	100 000	100 000	99 007	99 361	92 622	96 934	85 842	93 986	72 871	87 230	46 115	67 921	

Fonte: INE, Estimativas Definitivas de População Residente intercensitárias, 1991-2000 e Estimativas Provisórias de População Residente 2001-2006

6. As migrações e a população estrangeira

O contributo das migrações na dinâmica do crescimento da população depende do sentido, das características que revelam e da sua duração. Desde 1993 que o saldo migratório é a principal componente do acréscimo populacional em Portugal.

Podem distinguir-se dois tipos de impacte dos migrantes na população de acolhimento. Um, que actua nos comportamentos demográficos de fenómenos como a fecundidade, modelos familiares e mortalidade, para o qual contribuem os imigrantes que permanecem há mais tempo no país. Outro, e este mais imediato, incide sobre a estrutura da população ou seja na repartição por sexo e idades e são obra dos imigrantes recentes. Estas diferenças explicam-se pelos motivos que determinam a saída dos países de origem e que se prendem maioritariamente a motivos de natureza económica.

A população estrangeira de acordo com os Censos de 2001 é mais jovem do que a população nacional, e concentra-se na faixa da população em idade activa. Ora, esta é precisamente a população mais afectada pela migração portuguesa, o que pode atenuar o efeito sobre a estrutura da população em idade activa.

A repartição por sexos da população estrangeira difere da população nacional na qual as mulheres são supranumerárias, como resultado da sua maior longevidade. Ao contrário, os homens predominam na população de nacionalidade estrangeira fruto provável da sua maior representatividade no processo migratório, sobretudo entre as populações não comunitárias. De facto, no início, as migrações por natureza económica são sobretudo masculinas. Em fase posterior, ocorre o reagrupamento familiar e os fluxos migratórios tendem para um maior equilíbrio na repartição por sexos. No entanto, nos anos mais recentes a relação de feminilidade desta população tem aumentado.

As migrações afectam a estrutura por sexo e por idades de uma população, quer de um modo directo, pela repercussão nos efectivos da população de origem e na de acolhimento, quer de um modo indirecto, pela transferência de nascimentos que podem ter associadas. Este aspecto está bem evidenciado nas pirâmides etárias da população residente total e da população estrangeira residente em Portugal.

A avaliação das migrações internacionais e internas em Portugal apresenta dificuldades particulares, na medida em que não existe um registo directo e exaustivo dos respectivos acontecimentos.

As migrações são no presente o principal factor a influenciar a variação das populações dos países desenvolvidos, devido aos diminutos saldos naturais alcançados, e Portugal como se mostrou não é excepção. A quantificação do fenómeno torna-se, assim, cada vez mais exigente.

Quadro 12

População estrangeira com residência legalizada em Portugal, 2001-2006						
Continente / País de Nacionalidade	2001	2002	2003	2004*	2005*	2006 **
Total	223 997	238 929	249 995	263 322	274 631	329 898
<i>Homens</i>	<i>125 958</i>	<i>132 663</i>	<i>137 607</i>	<i>143 319</i>	<i>147 980</i>	<i>180 666</i>
<i>Mulheres</i>	<i>98 039</i>	<i>106 266</i>	<i>112 388</i>	<i>120 003</i>	<i>126 651</i>	<i>149 232</i>
Europa	67 127	72 229	77 124	83 687	88 781	123 271
Alemanha	11 167	11 878	12 539	13 097	13 622	13 874
Bélgica	2 278	2 434	2 552	2 654	2 741	2 799
Espanha	13 645	14 599	15 281	15 874	16 398	16 613
França	7 817	8 377	8 841	9 247	9 589	9 737
Itália	3 380	3 771	4 185	4 569	4 821	4 956
Moldávia	45	97	270	1 048	1 390	6 992
Países Baixos	4 460	4 812	5 102	5 347	5 658	5 871
Reino Unido	14 953	15 903	16 860	17 976	19 005	19 758
Roménia	508	615	764	1 219	1 564	5 278
Rússia	596	699	858	1 155	1 342	3 287
Suécia	1 317	1 371	1 405	1 456	1 500	1 521
Suiça	1 407	1 472	1 555	1 617	1 662	1 692
Ucrânia	203	299	525	1 551	2 120	21 953
Outros Países Europa	5 351	5 902	6 387	6 877	7 369	8 940
África	107 309	114 399	117 954	121 584	124 541	129 940
Angola	22 751	24 782	25 616	26 517	27 533	28 854
Cabo Verde	49 845	52 223	53 434	54 788	55 608	57 349
Guiné Bissau	17 791	19 227	20 041	20 511	20 935	21 425
Moçambique	4 725	4 864	4 916	4 953	5 029	5 156
S. Tomé e Príncipe	6 304	6 968	7 279	7 828	8 198	8 860
Total dos Países	101 416	108 064	111 332	114 597	117 303	121 644
Outros Países África	5 893	6 335	6 668	6 987	7 238	8 296
América	39 018	40 535	42 509	44 879	47 624	58 103
América Norte	10 183	10 138	10 116	10 108	10 080	10 108
EUA	8 023	8 000	7 998	7 986	7 985	8 009
América Central e do Sul	28 835	30 397	32 393	34 771	37 544	47 995
Brasil	23 422	24 762	26 508	28 730	31 500	41 737
Venezuela	3 508	3 520	3 517	3 458	3 308	3 211
Ásia	9 724	10 938	11 565	12 331	12 837	17 732
China	3 953	4 529	4 810	5 278	5 551	7 995
Índia	1 360	1 525	1 612	1 686	1 749	2 598
Japão	800	818	838	851	864	868
Paquistão	1 034	1 194	1 279	1 344	1 380	1 775
Oceânia	537	545	557	554	558	563
Austrália	476	483	489	486	489	491
Outros Países Ásia e Oceânia	2 577	2 872	3 026	3 172	3 293	4 496
Apátridas e Desconhecida	282	283	286	287	290	289

Fonte: Ministério de Administração Interna/ Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (MAI/SEF).

Nota: A informação relativa aos anos de 2004 e 2005 foi revista pelo MAI/SEF em 31 de Outubro de 2007. Este facto explica eventuais diferenças com a informação reportada na Revista de estudos Demográficas nº40.

* Dados definitivos em 31 de Outubro de 2007.

** Dados Provisórios em 31 de Outubro de 2007.

As entradas provenientes do estrangeiro têm duas componentes, uma a de indivíduos com nacionalidade estrangeira e outra de indivíduos com nacionalidade portuguesa, normalmente designados como regresso de emigrantes. Segundo os Censos 2001, confirma-se que esta última componente continua a ser relevante e atinge cerca de 60% do total dos indivíduos recenseados em Portugal e que declararam residir no estrangeiro em 1995, perde peso e corresponde a 51 % das entradas ocorridas posteriormente a 1999. Estas duas populações, de nacionalidade portuguesa e estrangeira apresentam estruturas por sexo e idades diferentes e conseqüentemente provocam efeitos também diferentes, pois os motivos que as conduzem são igualmente diversos⁹.

A população estrangeira com residência legalizada em Portugal no final do ano de 2006 ascendia, segundo o SEF, a 329 898 indivíduos, (números provisórios), ou seja uma variação positiva de 20,1% comparativamente ao ano anterior, e superior à registada de 2003 para 2004 (5,3%). Por comparação com o ano de 2005 verifica-se, em 2006, um forte incremento na concessão de Autorizações de Residência, tendo como principal motivo a conversão das Autorizações de Permanência, concedidas em 2001, em Autorizações de Residência. Esta situação decorre da emissão de títulos de residência ao abrigo do art. 87º, al. m) do Decreto-Lei 244/98 de 8/ Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 34/2003 de 25/Fevereiro. Assim, ao abrigo desta alínea foram emitidos, em 2006, cerca de 31 300 títulos a cidadãos estrangeiros.

No que se refere às regiões de origem, constata-se que a grande maioria dos estrangeiros continua a ser de origem africana de língua portuguesa (PALP), proporção que aumentou sempre nos anos noventa para se situar em 36,9%, em 2006. A população cabo-verdiana (17,4%) constitui a parte mais significativa da população estrangeira com residência legalizada em Portugal, tendo, no entanto, perdido importância relativa, face a 1990 (menos 8 pontos percentuais), à semelhança da moçambicana (menos um ponto percentual). Ao contrário, os imigrantes com nacionalidade angolana cresceram de 4,9% para 8,7% e os guineenses de 3,7% para 6,5%. Os nacionais de São Tomé e Príncipe revelam uma tendência em alta, de 1,9 % para 2,7%, no mesmo período, mas em número substancialmente inferior às nacionalidades mais relevantes.

Da Europa tiveram origem 37,4% dos indivíduos estrangeiros a residir legalmente em Portugal em 2005, representando uma variação positiva de 38,8% face ao ano anterior. Este acréscimo resulta do aumento dos fluxos provenientes dos países do leste europeu, em especial; da Ucrânia; Moldávia; Rússia e Roménia¹⁰.

Do conjunto dos países da UE, o Reino Unido (6,0%), Espanha (5,0%) e Alemanha (4,2%) assumem as posições mais importantes, mantendo os mesmos valores nos últimos anos. Os nacionais do Brasil subiram 30 % entre 1990 e 2005 e são responsáveis pela maioria dos residentes estrangeiros provenientes da América Central e do Sul. A Ásia ganha importância no conjunto da população estrangeira legalizada e atinge os 5,4% em 2006, contribuindo, essencialmente, os nacionais da China para o acréscimo.

Do total da população estrangeira com residência legalizada em Portugal, em 2006, 54,8% eram indivíduos do sexo masculino e 45,2% do sexo feminino contra 53,9% e 46,1% no ano anterior continuando o atenuar da sobre representatividade masculina. A relação de masculinidade é particularmente elevada entre a população de nacionalidade africana, na qual por cada 100 mulheres residentes em Portugal existem 131 homens. O rácio é mais equilibrado entre a população europeia (120 homens por 100 mulheres). Dentro dos países da UE o número de mulheres excedia o de homens nas nacionalidades espanhola (103), a que se juntam as mulheres com nacionalidade brasileira (112) e outros países da América Central e do Sul, embora não muito expressivos em termos de efectivos.

⁹ Sobre esta temática ver MAGALHÃES, Maria da Graça "Migrações Inter NUTS II e Projecções Regionais de População Residente" no número 34 da Revista de Estudos Demográficos.

¹⁰ Sobre esta temática ver Maria I. Baganha, José Carlos Marques e Pedro Góis " Imigrantes de Leste em Portugal" neste número da RED

A relação de feminilidade tem vindo a subir, facto que indicia ou o intensificar da entrada de mulheres na situação de imigrantes ou por motivo de reagrupamento familiar.

Por comparação com o ano de 2005 verifica-se, em 2006, um forte incremento na concessão de Autorizações de Residência, tendo como principal motivo a conversão das Autorizações de Permanência, concedidas em 2001, em Autorizações de Residência. Esta situação decorre da emissão de títulos de residência ao abrigo do art. 87º, al. m) do Decreto-Lei 244/98 de 8/Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 34/2003 de 25/Fevereiro. Assim, ao abrigo desta alínea foram emitidos, em 2006, cerca de 31 300 títulos a cidadãos estrangeiros.

Relevante é conhecer a repartição etária da população estrangeira em Portugal e avaliar, o seu impacte, na população de acolhimento, nomeadamente o possível efeito no atenuar do envelhecimento demográfico. Esta análise não é possível de momento, dado que o SEF não tem a referida informação tratada. Deste modo, só os resultados definitivos dos Censos 2001, permitem, conhecer, a estrutura etária da referida população.

Devido à intensidade do fenómeno imigratório em situação irregular realizaram-se duas operações de legalização extraordinária, em 1992 e em 1996, que originaram a legalização de 39 166 e 35 082 cidadãos estrangeiros, respectivamente. Em ambas as operações a maioria dos pedidos, cerca de 70% pertenceu aos nacionais dos países de língua portuguesa (PALP) e dentro desta predominou a nacionalidade angolana, embora tenham perdido peso entre uma e outra.

No que se refere à emigração, os problemas em quantificar os fluxos agravaram-se em 1988 quando foi extinto o *Passaporte de Emigrante*¹¹ e com a adesão à União Europeia, devido à livre circulação de pessoas nas fronteiras e com o acordo de Shengen celebrado em 1999.

Na emigração portuguesa destacam-se algumas fases de evolução. Uma, que regista o primeiro grande surto emigratório da história contemporânea portuguesa, sobretudo para o Brasil, e que se localiza entre 1911 e 1920 atingindo o valor máximo em 1912; outra, de maior intensidade e que corresponde ao grande ciclo de emigração portuguesa para a Europa, ocorre durante a guerra colonial, situa-se entre 1962 a 1973, e origina a diminuição da população portuguesa durante este período. Ambas as fases têm subjacentes saídas de carácter permanente ou seja, por períodos iguais ou superiores a um ano. A partir do final dos anos oitenta, a emigração portuguesa, assume alguma expressão, mas prevalecem os fluxos de carácter temporário, ou seja por período inferior a um ano, situação que, segundo se estima, tenha tido continuidade no início do presente século¹².

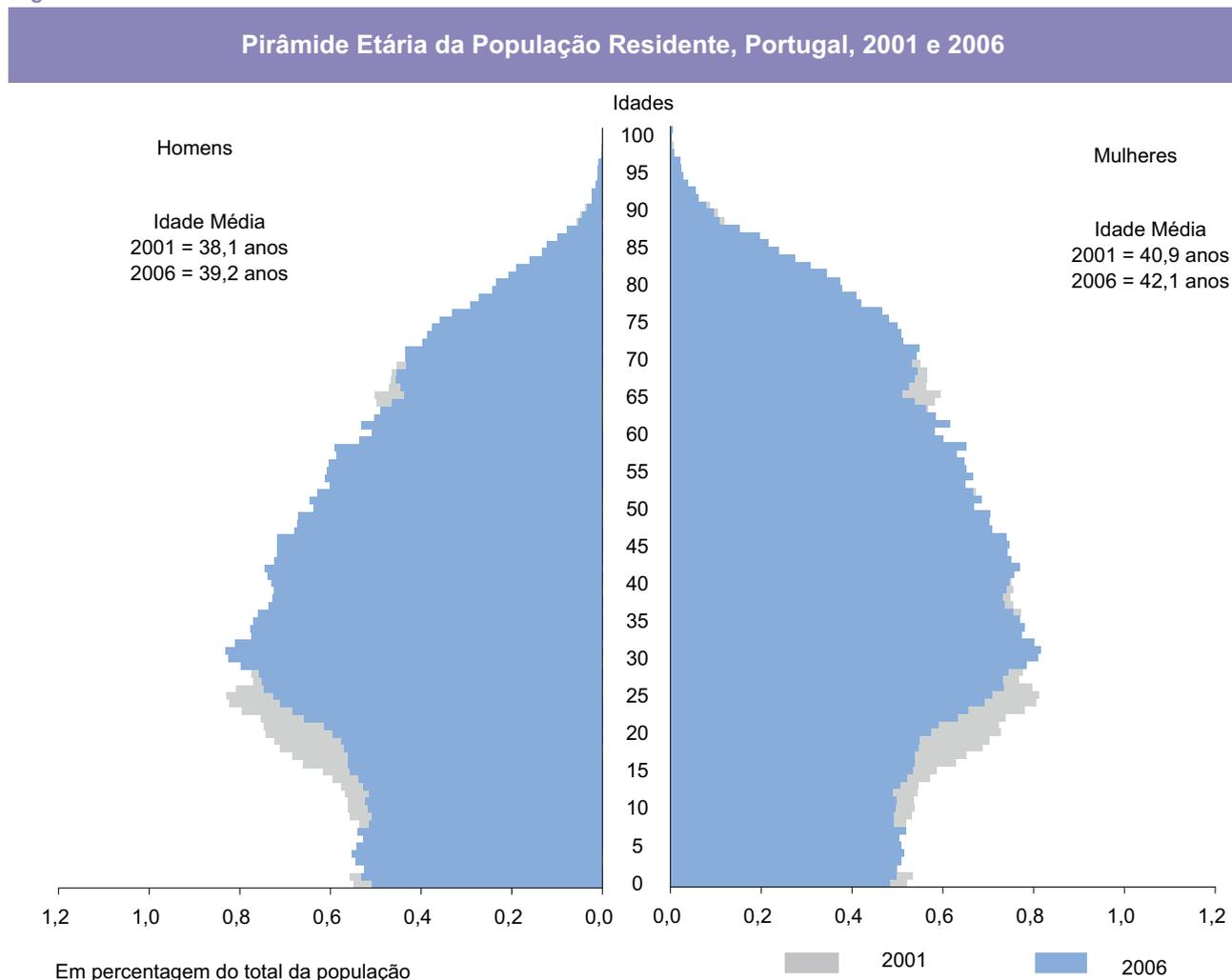
¹¹ Decreto-lei 438/88

¹² Sobre esta temática ver Moreira, Humberto "Emigração Portuguesa (Estatísticas retrospectivas e reflexões temáticas)" neste número da RED

7. Estruturas etárias e Envelhecimento

A pirâmide de Portugal evidencia a forte queda de fecundidade e o significativo aumento da esperança de vida.

Figura 11



Os ganhos alcançados em termos de esperança de vida induziram o aumento da idade média da população em cerca de 3,7 anos, que passou de 35,5 anos em 1991, para 39,2 anos, em 2006, nos homens, e de 38,2 anos para 42,1 anos nas mulheres. O cálculo da idade mediana permite eliminar os efeitos das idades extremas e estima-se, em 2006, em 38 anos para os homens e 41 anos para as mulheres.

Os desequilíbrios entre os efectivos masculinos e femininos nas idades avançadas, consequência da desigualdade perante a morte, anteriormente analisada, estão bem marcados no desenho da pirâmide.

O aumento conjuntural da natalidade verificado após 1995, é visível nas gerações mais recentes e nas primeiras idades da pirâmide, mas revela-se insuficiente para compensar o declínio da percentagem de jovens na população. Na realidade, os efeitos da queda da fecundidade são bastante duradouros e difíceis de recuperar e são notórios na redução da população jovem, que em 2000 tinha um peso relativo de 16,0 % na população total e em 2006 apenas 15,5 %.

A população em idade activa dos 15-64 anos, perdeu importância relativa entre 2001 e 2006, sendo de 67,6% e 67,3 % respectivamente. Dentro da população em idade activa ou adulta, ressaltam duas dinâmicas de evolução opostas, com a população mais nova a baixar e a população mais velha a aumentar. De facto, a população em idade activa mais jovem (15-24 anos) desceu para 11,9% em 2006 (12,2% em 2005) enquanto a população com

idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos cresceu para 55,4% (55,1% em 2005). Uma outra decomposição da população em idade activa mostra idêntica tendência: a população dos 15-44 anos desce 42,3 % em 2006 (de 42,6 % em 2005). Ao contrário, a população dos 45-64 anos, isto é, a população em idade activa mais velha, aumenta de 24,7% para 25,0% no mesmo período. Este comportamento evidencia o envelhecimento da população em idade activa.

A população idosa, ou seja, igual ou superior a 65 anos, representava em 2000, cerca de 16,4 %, reforçou essa posição aumentando continuamente até atingir os 17,3% em 2006, proporção que ultrapassa a média estimada para UE27 (16,9%) e UE25 (17,0%) referente ao mesmo ano. Dentro da população idosa, o crescimento é mais forte nos idosos mais velhos, considerados com idade igual ou superior a 80 anos.

O envelhecimento está bem visível na evolução do peso relativo da população com 75 ou mais anos que subiu de 6,9 % em 2001 para 7,7% em 2006. A tendência é mais acentuada entre as mulheres (8,1% em 2000 e 9,3 % em 2006). A população desta faixa etária representa quase metade da população idosa.

A proporção dos mais idosos (80 ou mais anos) na população idosa, em 2006, eleva-se a 23,7 % sendo de 20,2% nos homens e de 26,2 % nas mulheres, contra 22,9% e 25,4%, respectivamente para homens e mulheres, no ano anterior. Esta disparidade de valores exprime bem o fenómeno da sobremortalidade masculina anteriormente referido.

A estrutura etária da população portuguesa resulta das diferentes evoluções dos movimentos natural e migratório ao longo do período em observação, traduzida em uma nova distribuição dos grupos etários, com um número de pessoas idosas superior ao número de jovens, reflectida nos indicadores demográficos normalmente apresentados para medir o envelhecimento. Em 2001 por cada 100 jovens com menos de quinze anos havia cerca de 104 idosos, em 2006 o rácio eleva-se para 112 idosos.

Quadro 13

Estrutura por idades da população residente (%) e índices resumo, Portugal, 2001-2006						
Indicadores	2001	2002	2003	2004	2005	2006
População com 0 - 14 anos	15,9	15,8	15,7	15,6	15,6	15,5
Homens	16,8	16,8	16,7	16,6	16,5	16,4
Mulheres	15,0	14,9	14,9	14,8	14,7	14,6
População com 15 - 64 anos	67,6	67,5	67,4	67,3	67,3	67,3
Homens	68,9	68,8	68,8	68,7	68,7	68,7
Mulheres	66,4	66,3	66,2	66,1	66,0	65,9
População com 65 e mais anos	16,5	16,7	16,8	17,0	17,1	17,3
Homens	14,3	14,4	14,5	14,7	14,8	14,9
Mulheres	18,6	18,8	18,9	19,2	19,3	19,5
População com 75 e mais anos	6,9	7,0	7,2	7,3	7,5	7,7
Homens	5,5	5,6	5,6	5,8	5,9	6,1
Mulheres	8,3	8,4	8,6	8,8	9,0	9,3
População com 80 e mais anos	3,5	3,6	3,7	3,8	3,9	4,1
Homens	2,6	2,6	2,7	2,8	2,9	3,0
Mulheres	4,4	4,5	4,6	4,7	4,9	5,1
Índice de dependência total	48,0	48,1	48,3	48,5	48,6	48,6
Homens	45,2	45,3	45,4	45,5	45,5	45,5
Mulheres	50,6	50,9	51,1	51,4	51,5	51,6
Índice de dependência jovens	23,5	23,4	23,3	23,2	23,1	23,0
Homens	24,4	24,4	24,3	24,1	24,0	23,8
Mulheres	22,6	22,5	22,5	22,4	22,2	22,1
Índice de dependência idosos	24,5	24,7	24,9	25,3	25,4	25,6
Homens	20,8	21,0	21,1	21,4	21,5	21,7
Mulheres	28,0	28,3	28,6	29,0	29,3	29,5
Índice de envelhecimento	104,2	105,5	106,8	108,7	110,1	111,7
Homens	85,1	86,1	87,2	88,7	89,7	90,9
Mulheres	124,2	125,8	127,5	129,8	131,5	133,5
Índice de longevidade	42,0	42,3	42,6	43,1	43,85	44,9
Homens	38,2	38,5	38,8	39,2	39,94	41,0
Mulheres	44,6	45,0	45,4	45,9	46,67	47,6

A proporção é mais elevada no caso das mulheres devido à maior longevidade que possuem. O indicador passou de 124 idosas por cada 100 jovens em 2000, para 134 em 2006. Desde 1995 que as mulheres idosas ultrapassam em número as mulheres jovens.

Figura 13

Índice de longevidade (%), Portugal, 2006

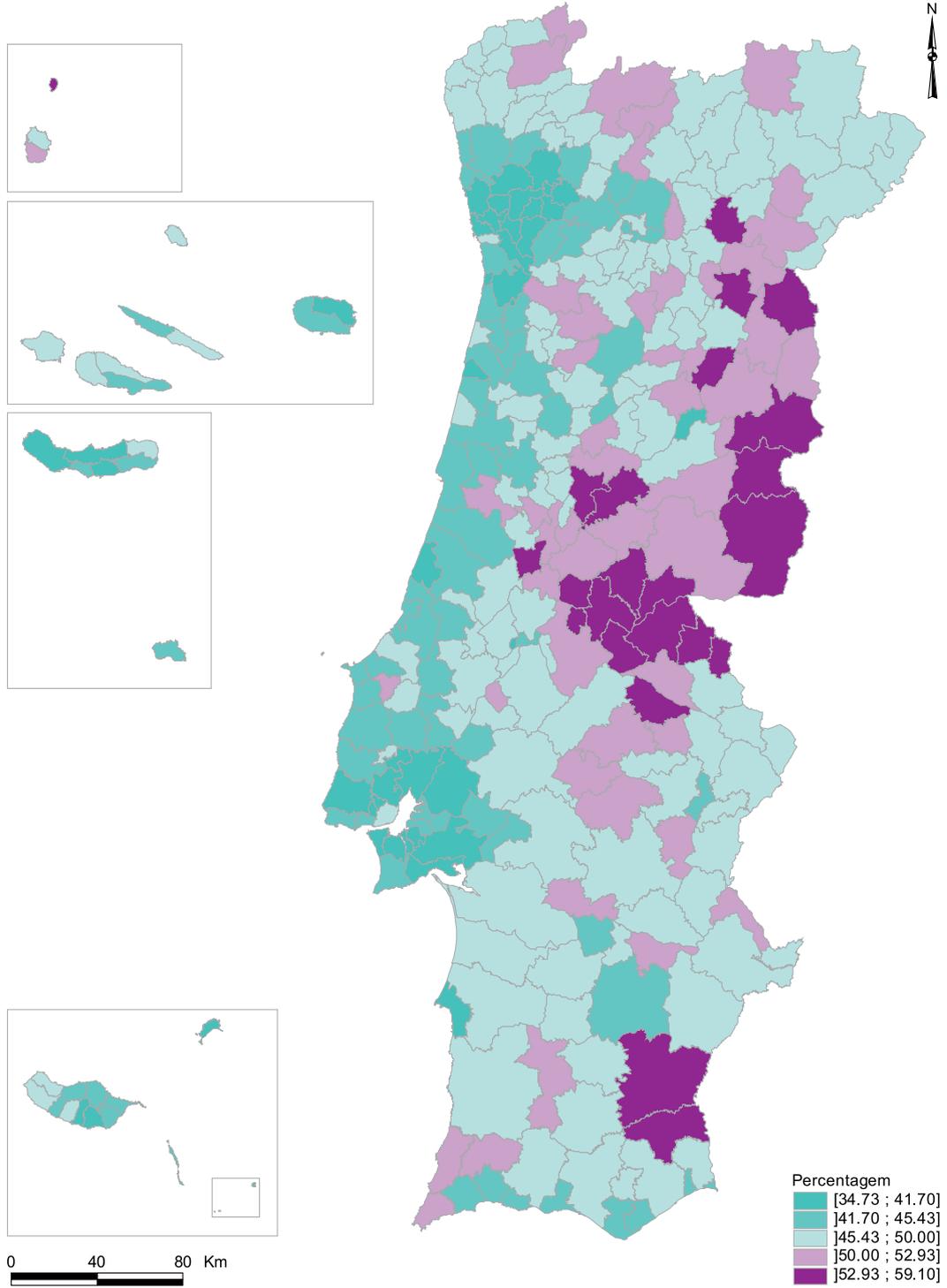
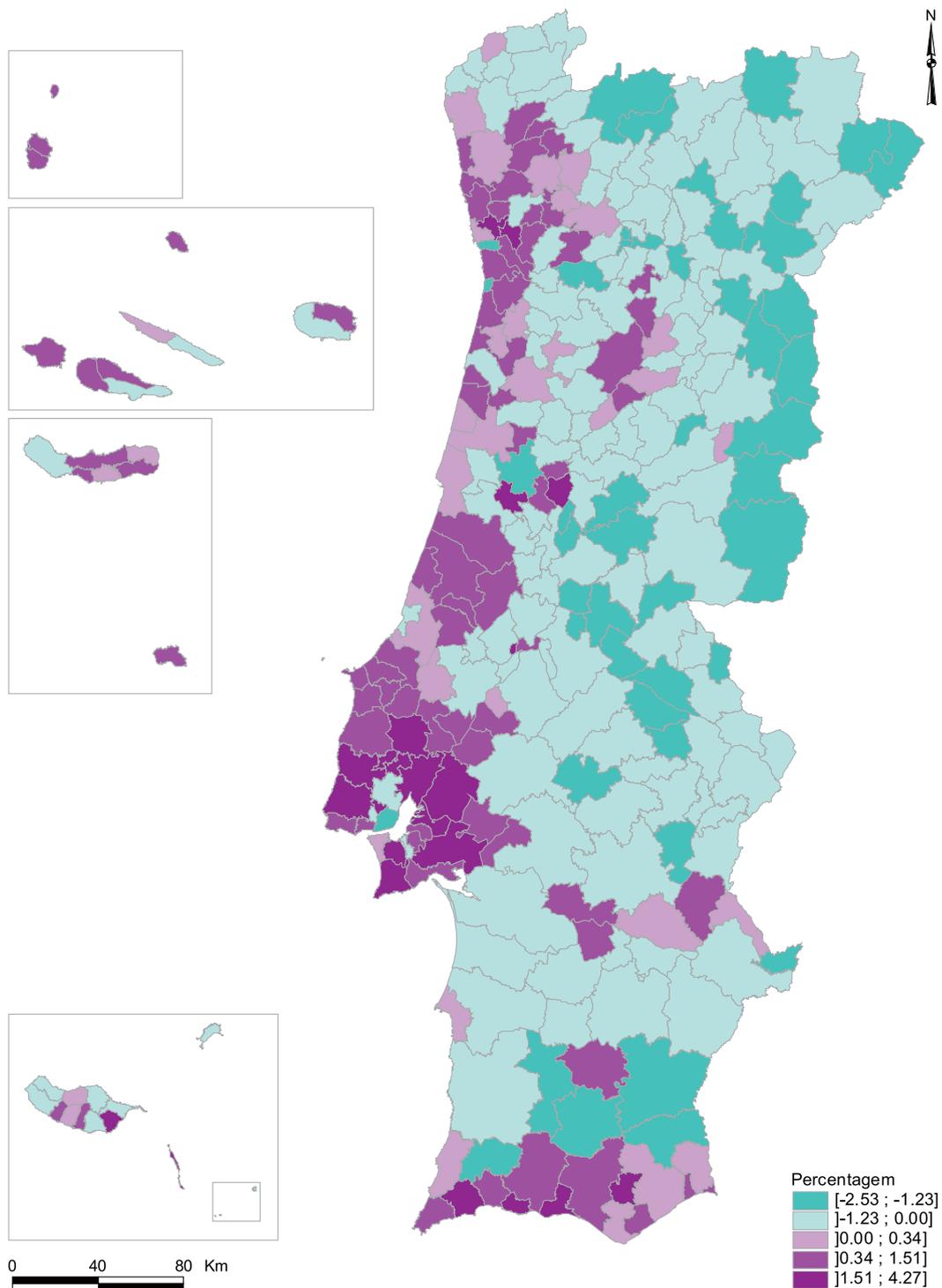


Figura 12

Taxa de crescimento efectivo (por mil habitantes) Portugal, 2006



A proporção entre a população em idade activa (15-64 anos) e a população dependente (com menos de quinze anos e com 65 ou mais anos) está expressa no índice de dependência total que se manteve nos 48 dependentes em 2001 e 49 em 2006. Este indicador contém duas evoluções opostas; uma descendente, a do índice de

dependência de jovens que passou de 24 jovens a cargo para 23 e reflecte a baixa natalidade, e outra ascendente que se traduz num aumento do índice de dependência de idosos de 24 para 26, resultante do aumento da esperança de vida em idêntico período. O índice de dependência de idosos não cessa de aumentar e resulta sobretudo da acentuada queda de fecundidade, pois os ganhos no campo da mortalidade observam-se em todas as idades e em especial na mortalidade infantil.

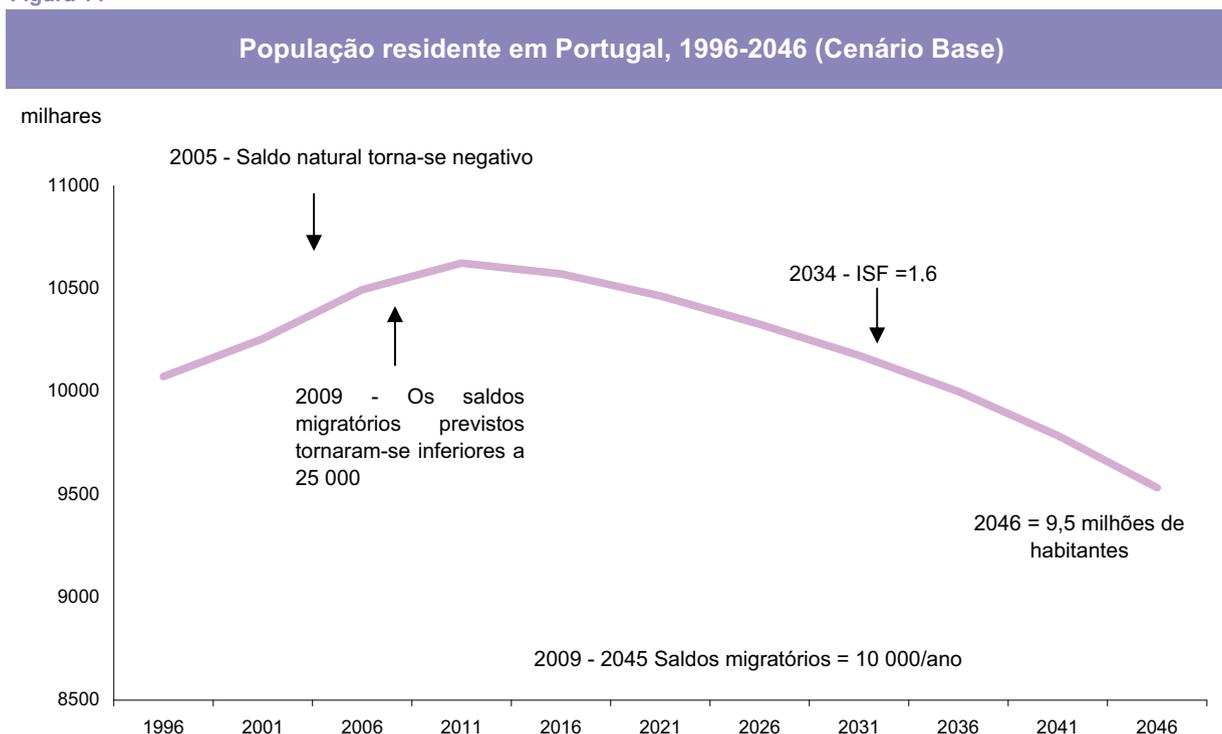
O índice de envelhecimento, que compara a população com 65 e mais anos com a população de idade inferior a 15 anos, assume diferentes evoluções demográficas a nível regional e é na Região Autónoma dos Açores que se encontra o valor mais baixo, consequência do facto de esta região só muito recentemente ter deixado de assegurar a substituição das gerações. O índice varia assim, em 2006 de 64 idosos por cada 100 jovens na Região Autónoma dos Açores a 185 idosos por cada 100 jovens no Alentejo. São as zonas onde a natalidade é mais elevada que têm os menores rácios.

Da análise das figuras 12 e 13 facilmente ressalta que as manchas correspondentes aos níveis de envelhecimento mais fortes medidos pelo índice de longevidade, coincidem com as que representam as taxas de crescimento efectivo mais negativas.

As projecções de população residente assentes nos resultados definitivos dos Censos 2001 e nas tendências das variáveis demográficas apontam para um decréscimo da população residente, qualquer que seja o cenário escolhido¹³.

O *cenário base* conjuga subidas graduais dos níveis actuais de fecundidade e de esperança de vida com saldos migratórios sempre positivos com tendência para se reduzirem e tornaram constantes e iguais a 10 000 indivíduos por ano, a partir de 2009.

Figura 14



Fonte: INE, Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000 e Projecções da População Residente, 2000-2050

Prevê-se que a população residente em 2046 diminua para 9 532,0 milhares de indivíduos, número bastante inferior ao actual. A proporção de população jovem reduzir-se-á a 13,0% e a população idosa aumentará para 31,0% agravando-se, assim, o processo de envelhecimento da população portuguesa bem expresso no índice de envelhecimento de 238 idosos por cada 100 jovens.

¹³ INE (2003) Projecções de População Residente, 2000-2050, Lisboa.

Mesmo num cenário de fecundidade alta, com um índice de fecundidade a atingir 1,96 criança por mulher a população situar-se-á em 10 178,9 milhares de indivíduos, a população idosa aumentará mais moderadamente (27,5%) e o índice de envelhecimento fixar-se-á em 187 idosos por cada 100 jovens.

Esta evolução demonstra que a imigração pode retardar o envelhecimento demográfico, dada a maior juventude da sua população, mas não o resolve. De facto, os efeitos da baixa de fecundidade, na estrutura etária da população, são de longo prazo e parecem irreversíveis.

Conclusões

Observa-se em Portugal, um crescimento contínuo da população, com o ritmo a desacelerar desde o início do século XXI. Esta evolução resulta dos fortes fluxos de entrada no País, quer na forma de imigrantes com nacionalidade estrangeira quer na forma de regresso de portugueses.

Portugal é um país de baixa fecundidade, com um nível inferior ao exigido para substituir as presentes gerações de pais, ou seja, cerca de 2,1 crianças por mulher. A esperança de vida conhece ganhos significativos, sobretudo entre os homens, diminuindo a diferença da vida média entre homens e mulheres. As grandes mudanças na fecundidade e na mortalidade durante a segunda metade do século passado, aceleraram o processo de envelhecimento da população residente em Portugal.

O declínio da mortalidade infantil e adulta, a maior autonomia da mulher, a dificuldade em conciliar vida familiar e profissional e a maior acessibilidade a métodos contraceptivos seguros, são factores que pesam na decisão de ter filhos, e no seu espaçamento. O ingresso tardio dos jovens no mercado de trabalho, devido à maior escolarização, e conseqüente dependência das gerações mais novas às mais idosas são factores igualmente decisivos sobre o número de filhos a ter. A criação do sistema de segurança social conferiu maior independência às pessoas idosas e os esquemas de pensões de reforma separaram a função de procriar da de sustentar os pais na velhice.

Nascem cada vez menos crianças, os filhos dos imigrantes ganham peso no número anual de nascimentos, o filho único é a opção predominante, a proporção de nascimentos com coabitação dos pais eleva-se, os pais são mais velhos, escolhem com maior frequência a união de facto como forma de conjugalidade, e divorciam-se mais. No que se refere ao padrão da fecundidade, a maternidade depois dos trinta é mais frequente e a das adolescentes mantém-se elevada, apesar de se ter reduzido substancialmente.

Portugal tornou-se recentemente um país de imigração, tendo os países de origem dos fluxos diversificado, mas permanece um país de emigração, sobretudo de natureza temporária. O sentido que os fluxos migratórios assumirem no futuro determinam o maior ou menor grau de envelhecimento demográfico, pois a manutenção da fecundidade a níveis inferiores ao da substituição das gerações parece irreversível. A fixação de população com nacionalidade estrangeira representa um papel relevante no desenho da pirâmide de idades do país e na repartição por sexo. Como a estrutura etária dos imigrantes é geralmente mais jovem do que a da população de acolhimento, concentrando-se sobretudo nas idades activas, a entrada de imigrantes pode atenuar o envelhecimento. Contudo, é conhecido, que o efeito sobre a composição de idades da população é mais modesto do que a baixa da fecundidade, pois os imigrantes tendem a adoptar os padrões de fecundidade e mortalidade das sociedades de acolhimento, e eles próprios envelhecem. O impacto da fecundidade dos imigrantes depende do volume e da estrutura de idades deste grupo populacional.

As projecções disponíveis no INE apontam para a diminuição da população e para a progressão do fenómeno do envelhecimento, mesmo na hipótese de os níveis de fecundidade aumentarem e de os saldos migratórios continuarem positivos. O envelhecimento demográfico surge, assim, como um fenómeno irreversível.

O envelhecimento demográfico e a imigração mantêm-se como os grandes desafios e as oportunidades que a sociedade portuguesa enfrenta e para os quais tem de encontrar respostas de modo a garantir uma sociedade inclusiva para todos.

Referências Bibliográficas

- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2006) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista Estudos Demográficos n.º 40, pp 39-76, INE, Lisboa.
- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2005) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista Estudos Demográficos n.º 38, pp 111-140, INE, Lisboa
- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2004) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista Estudos Demográficos n.º 36, pp 127-151, INE, Lisboa
- CARRILHO, Maria José e GONÇALVES, Cristina (2004) “Dinâmicas Territoriais do Envelhecimento”, Revista Estudos Demográficos n.º 36, pp 175 -191, INE, Lisboa.
- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2004) “Tábuas de Mortalidade em Portugal”, Revista Estudos Demográficos nº 36, INE, Lisboa.
- CARRILHO, Maria José (2002) “ Os Imigrantes no Processo de Envelhecimento em Portugal” A Europa, o Desafio Demográfico e o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, actas do Debate no Centro Cultural de Belém, Parlamento Europeu, Lisboa.
- CARRILHO, Maria José (1993) “O Processo de Envelhecimento em Portugal: Que Perspectivas...?”, Revista Estudos Demográficos nº 31, INE, Lisboa.
- CHESNAIS, Jean-Claude (s.d.), *La Démographie*, Que sais-je ? , Presses Universitaires de France, Paris.
- DECP/Serviço de Estudos sobre a População (2002) “O Envelhecimento em Portugal - Situação demográfica e socio-económica recente das pessoas idosas”, Revista Estudos Demográficos nº 32, INE, Lisboa.
- EUROSTAT, *Statistics in Focus – Population and Social Conditions*, 41/2007, Luxembourg.
- EUROSTAT, *Statistics in Focus – Population and Social Conditions*, 15/2005, Luxembourg
- INE (2005), *Estimativas Provisórias de População Residente, 2004, Portugal, NUTS II; NUTSIII e Municípios*, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Sociais, Lisboa.
- INE (2004), *Estimativas Provisórias de População Residente, 2003, Portugal, NUTS II; NUTSIII e Municípios*, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Censitárias da População, Lisboa.
- INE (2003), *Estimativas Provisórias de População Residente, 2001-2002, Portugal, NUTS II; NUTSIII e Municípios*, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Censitárias da População, Lisboa.
- INE (2003), *Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000, Portugal, NUTS II; NUTS III e Municípios*, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Censitárias da População, Lisboa.
- INE (2003), *Revista de Estudos Demográficos n 33*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE (2001), *Mulheres e Homens em Portugal nos Anos 90*, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Censitárias da População, Lisboa.
- INE (1999), “**As Gerações Mais Idosas**”, Série Estudos nº 83, Instituto Nacional de Estatística - Gabinete de Estudos e Conjuntura, Lisboa.

INE, ***Estatísticas Demográficas***, Instituto Nacional de Estatística, Departamento de Estatísticas Censitárias e da População, Lisboa.

INE, ***Recenseamentos Gerais da População 1991 e 2001***, Instituto Nacional de Estatística, Departamento de Estatísticas Censitárias e da População, Lisboa.

LECAILLON, Jean-Didier (1992), ***Démographie Économique – Analyse des Ressources Humaines***, Éditions Litec, Paris.

NAZARETH, J. Manuel (1996), ***Introdução à Demografia – Teoria e Prática***, Editorial Presença, Lisboa.

PRESSAT, Roland (1972), ***Démographie Statistique***, Presses Universitaires de France, Paris.

SAUVY, Alfred (1984), ***La Population***, Que sais-je ? , 14^a edição, Presses Universitaires de France, Paris.

TRIBALAT, Michèle (1996) in *Chronique de l'Immigration, Population*, n^o1, 1996, INED, Paris.

SHRYOCK, Henry S., SIEGEL, Jacob (1976), ***The Methods and Materials of Demography***, Academic Press Inc., Washington DC.

Anexo 1

População residente em Portugal, 2001 e 2006, NUTS II (duas geografias)			
NUTS II - Decreto Lei nº46/89 *	População		Taxa de crescimento médio anual (%)
	31 .XII. 2001	31 .XII. 2006	
Portugal	10 329 340	10 599 095	0,52
Continente	9 851 424	10 110 271	0,52
Norte	289 893	3 744 341	51,17
Centro	1 769 832	1 793 728	0,27
Lisboa e Vale do Tejo	3 499 107	3 635 110	0,76
Alentejo	524 023	515 564	-0,33
Algarve	390 933	421 528	1,51
Região Autónoma dos Açores	237 575	243 018	0,45
Região Autónoma da Madeira	240 341	245 806	0,45

NUTS II - Decreto Lei nº 244/2002	População		Taxa de crescimento médio anual (%)
	31 .XII. 2001	31 .XII. 2006	
Portugal	10 329 340	10 599 095	0,52
Continente	9 851 424	10 110 271	0,52
Norte	289 893	3 744 341	51,17
Centro	2 339 561	2 385 891	0,39
Lisboa	2 686 872	2 794 226	0,78
Alentejo	766 529	764 285	-0,06
Algarve	390 933	421 528	1,51
Região Autónoma dos Açores	237 575	243 018	0,45
Região Autónoma da Madeira	240 341	245 806	0,45

*Estas NUTS incluem as seguintes alterações posteriores: a criação dos municípios de Vizela (15/09/1988), Odivelas e Trofa (14/12/1998) bem como a passagem da NUTS III Média Tejo para o Alto Alentejo (08/09/1999).

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População em 2001 e 2006.

Anexo 2

Taxas de Natalidade e de Mortalidade (por mil habitantes), NUTS II, 2006		
NUTS II - Decreto Lei nº46/89 *	Taxa de Natalidade	Taxa de Mortalidade
Portugal	10,0	9,6
Continente	9,9	9,6
Norte	9,6	8,3
Centro	8,5	11,0
Lisboa e Vale do Tejo	10,9	9,5
Alentejo	7,9	13,7
Algarve	11,5	10,9
Região Autónoma dos Açores	11,6	9,6
Região Autónoma da Madeira	11,9	10,6

NUTS II - Decreto Lei nº 244/2002	Taxa de Natalidade	Taxa de Mortalidade
Portugal	10,0	9,6
Continente	9,9	9,6
Norte	9,6	8,3
Centro	8,7	11,0
Lisboa	11,4	9,0
Alentejo	8,4	13,0
Algarve	11,5	10,9
R. A. dos Açores	11,6	9,6
Região Autónoma da Madeira	11,9	10,6

*Estas NUTS incluem as seguintes alterações posteriores: a criação dos municípios de Vizela (15/09/1988), Odivelas e Trofa (14/12/1998) bem como a passagem da NUTS III Média Tejo para o Alto Alentejo (08/09/1999).

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População, 2006 (cálculos das autoras).

Anexo 3

Taxas de fecundidade (por mil mulheres), NUTS II, 2006									
Idades	Nuts II, Decreto Lei nº46/89*								
	Portugal	Continente	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
15-19	17,04	16,39	14,66	12,41	19,04	20,20	25,54	31,49	22,59
20-24	45,57	45,07	43,10	36,28	50,59	42,89	61,83	58,91	48,53
25-29	79,73	79,63	76,67	73,71	83,66	73,91	104,79	86,93	76,41
30-34	83,75	83,90	76,77	79,82	92,92	74,80	93,98	76,93	84,56
35-39	38,40	38,33	33,97	34,39	44,74	34,44	44,22	31,89	46,42
40-44	7,67	7,54	6,48	6,27	9,39	4,89	10,22	8,13	12,33
45-49	0,42	0,42	0,37	0,43	0,49	0,34	0,41	0,62	0,35
15-49	40,34	40,17	36,98	35,80	45,30	36,22	49,49	44,08	43,38
Fecundidade Total	1,36	1,36	1,26	1,22	1,50	1,26	1,70	1,47	1,46

Taxas de fecundidade (por mil mulheres), NUTS II, 2006									
Idades	NUTS II, Decreto Lei nº 244/2002								
	Portugal	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
15-19	17,04	16,39	14,66	12,72	20,37	18,51	25,54	31,49	22,59
20-24	45,57	45,07	43,10	37,90	52,52	43,68	61,83	58,91	48,53
25-29	79,73	79,63	76,67	75,39	83,70	78,32	104,79	86,93	76,41
30-34	83,75	83,90	76,77	81,08	95,02	79,20	93,98	76,93	84,56
35-39	38,40	38,33	33,97	35,15	47,15	33,78	44,22	31,89	46,42
40-44	7,67	7,54	6,48	6,27	10,19	5,62	10,22	8,13	12,33
45-49	0,42	0,42	0,37	0,37	0,52	0,43	0,41	0,62	0,35
15-49	40,34	40,17	36,98	36,70	46,73	37,89	49,49	44,08	43,38
Fecundidade Total	1,36	1,36	1,26	1,24	1,55	1,30	1,70	1,47	1,46

*Estas NUTS incluem as seguintes alterações posteriores: a criação dos municípios de Vizela (15/09/1988), Odivelas e Trofa (14/12/1998) bem como a passagem da NUTS III Média Tejo para o Alto Alentejo (08/09/1999).

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População, 2006 (cálculos das autoras).

Anexo 4

Idade Média ao Casamento (anos), NUTS II, 2006				
Nuts II, Decreto Lei nº46/89*	Indicadores			
	Idade Média ao Casamento		Idade Média ao 1º Casamento	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Portugal	31,7	29,2	29,1	27,5
Continente	31,8	29,4	29,2	27,6
Norte	30,2	27,9	28,3	26,7
Centro	31,2	28,7	28,8	27,2
Lisboa e Vale do Tejo	33,7	31,2	30,4	28,8
Alentejo	32,4	29,7	30,3	28,3
Algarve	34,2	31,3	30,7	28,8
Região Autónoma dos Açores	28,9	26,0	27,0	24,5
Região Autónoma da Madeira	30,9	28,2	28,7	26,8

NUTS II, Decreto Lei nº 244/2002	Indicadores			
	Idade Média ao Casamento		Idade Média ao 1º Casamento	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Portugal	31,7	29,2	29,1	27,5
Continente	31,8	29,4	29,2	27,6
Norte	30,2	27,9	28,3	26,7
Centro	31,3	28,9	28,9	27,3
Lisboa	34,2	31,7	30,7	29,2
Alentejo	32,4	29,8	30,0	28,0
Algarve	34,2	31,3	30,7	28,8
Região Autónoma dos Açores	28,9	26,0	27,0	24,5
Região Autónoma da Madeira	30,9	28,2	28,7	26,8

*Estas NUTS incluem as seguintes alterações posteriores: a criação dos municípios de Vizela (15/09/1988), Odivelas e Trofa (14/12/1998) bem como a passagem da NUTS III Média Tejo para o Alto Alentejo (08/09/1999).

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População em 2001 e 2006.

Anexo 5

Idade Média à Maternidade (anos), NUTS II, 2006		
Nuts II, Decreto Lei nº46/89*	Indicadores	
	Nascimento de um Filho	Nascimento do 1º Filho
Portugal	29,9	28,1
Continente	29,9	28,1
Norte	29,7	27,8
Centro	30,0	28,2
Lisboa e Vale do Tejo	30,2	28,5
Alentejo	29,3	27,5
Algarve	29,6	27,8
Região Autónoma dos Açores	28,2	25,7
Região Autónoma da Madeira	29,9	27,7

NUTS II, Decreto Lei nº 244/2002	Indicadores	
	Nascimento de um Filho	Nascimento do 1º Filho
Portugal	29,9	28,1
Continente	29,9	28,1
Norte	29,7	27,8
Centro	30,0	28,1
Lisboa	30,2	28,6
Alentejo	29,5	27,7
Algarve	29,6	27,8
Região Autónoma dos Açores	28,2	25,7
Região Autónoma da Madeira	29,9	27,7

*Estas NUTS incluem as seguintes alterações posteriores: a criação dos municípios de Vizela (15/09/1988), Odivelas e Trofa (14/12/1998) bem como a passagem da NUTS III Média Tejo para o Alto Alentejo (08/09/1999).

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População em 2001 e 2006.

Anexo 6

Taxas de Nupcialidade e de Divorcialidade (por mil habitantes), NUTS II, 2006		
NUTS II - Decreto Lei nº46/89 *	Taxa de Nupcialidade	Taxa de Divorcialidade
Portugal	4,5	2,2
Continente	4,5	2,2
Norte	4,9	2,0
Centro	4,4	1,9
Lisboa e Vale do Tejo	4,2	2,4
Alentejo	3,6	1,8
Algarve	4,0	2,4
Região Autónoma dos Açores	6,0	2,4
Região Autónoma da Madeira	5,4	2,3

NUTS II - Decreto Lei nº 244/2002	Taxa de Nupcialidade	Taxa de Divorcialidade
Portugal	4,52	2,16
Continente	4,46	2,15
Norte	4,95	2,05
Centro	4,34	1,91
Lisboa	4,23	2,53
Alentejo	3,63	1,88
Algarve	3,96	2,44
Região Autónoma dos Açores	6,04	2,44
Região Autónoma da Madeira	5,41	2,31

*Estas NUTS incluem as seguintes alterações posteriores: a criação dos municípios de Vizela (15/09/1988), Odivelas e Trofa (14/12/1998) bem como a passagem da NUTS III Média Tejo para o Alto Alentejo (08/09/1999).

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População, 2006 (cálculos das autoras).

Anexo 7

Esperança de vida da população residente (anos), por grupos etários, NUTS II, 2005-2006

NUTS II - Decreto Lei nº46/89 *

Idades	Portugal		Continente		Centro		Lisboa Vale do Tejo		Alentejo		Algarve		R.A. Açores		R.A. Madeira			
	H		M		H		M		H		M		H		M			
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M		
0	75,2	81,8	75,4	81,9	75,6	82,0	76,1	82,2	75,1	81,9	74,8	81,2	74,7	81,2	71,5	78,9	69,4	78,4
1	74,5	81,0	74,7	81,1	74,8	81,2	75,3	81,5	74,3	81,1	74,1	80,5	73,9	80,6	70,9	78,2	68,7	77,7
5	70,5	77,1	70,7	77,2	70,9	77,3	71,4	77,5	70,4	77,1	70,2	76,6	70,0	76,7	67,1	74,3	64,8	73,8
10	65,6	72,1	65,8	72,2	66,0	72,3	66,5	72,6	65,5	72,2	65,3	71,6	65,0	71,7	62,2	69,4	59,9	69,0
15	60,7	67,2	60,9	67,3	61,0	67,4	61,5	67,6	60,6	67,2	60,4	66,7	60,1	66,8	57,3	64,5	54,9	64,0
20	55,9	62,2	56,1	62,4	56,2	62,4	56,7	62,7	55,7	62,3	55,5	61,8	55,4	61,9	52,5	59,6	50,2	59,1
25	51,1	57,3	51,3	57,5	51,4	57,5	52,0	57,8	51,0	57,4	50,8	56,9	50,8	57,1	47,8	54,6	45,5	54,2
30	46,3	52,4	46,5	52,6	46,6	52,6	47,2	52,9	46,2	52,5	46,1	52,0	46,1	52,2	43,0	49,7	40,8	49,3
35	41,7	47,5	41,9	47,7	42,0	47,7	42,5	48,0	41,6	47,6	41,4	47,1	41,4	47,3	38,3	44,9	36,2	44,4
40	37,1	42,7	37,3	42,9	37,4	42,9	37,9	43,2	37,0	42,8	36,9	42,3	36,9	42,6	33,8	40,1	31,9	39,6
45	32,7	38,0	32,8	38,1	33,0	38,1	33,4	38,4	32,6	38,1	32,4	37,5	32,6	37,8	29,3	35,4	27,7	34,9
50	28,4	33,3	28,5	33,4	28,6	33,4	29,0	33,7	28,3	33,4	28,0	32,8	28,4	33,2	25,2	30,8	23,8	30,3
55	24,2	28,7	24,3	28,8	24,4	28,8	24,8	29,1	24,1	28,8	23,8	28,2	24,3	28,6	21,2	26,3	19,9	25,9
60	20,2	24,2	20,3	24,3	20,4	24,2	20,7	24,5	20,1	24,3	19,7	23,6	20,3	24,2	17,6	22,0	16,3	21,6
65	16,3	19,8	16,4	19,9	16,5	19,8	16,7	20,1	16,2	19,9	16,0	19,3	16,6	19,8	13,9	17,8	13,0	17,5
70	12,8	15,6	12,9	15,7	12,9	15,7	13,1	15,9	12,7	15,7	12,6	15,2	13,0	15,6	10,7	13,7	10,0	13,8
75	9,6	11,8	9,7	11,8	9,8	11,8	9,9	11,9	9,5	11,9	9,5	11,3	9,7	11,6	7,9	10,3	7,7	10,2
80	7,0	8,4	7,1	8,5	7,2	8,5	7,2	8,5	7,0	8,5	7,0	8,1	7,1	8,3	5,7	7,1	5,9	7,4
85 e +	5,0	5,8	5,1	5,8	5,4	5,9	5,1	5,8	5,0	5,9	5,0	5,5	4,7	5,4	3,6	4,9	4,8	5,0

*Estas NUTS incluem as seguintes alterações posteriores: a criação dos municípios de Vizela (15/09/1988), Odivelas e Trofa (14/12/1998) bem como a passagem da NUTS III Média Tejo para o Alto Alentejo (08/09/1999).

Fonte: INE, Tábuas Abreviadas de Mortalidade

Esperança de vida da população residente (anos), por grupos etários, NUTS II, 2005-2006

NUTS II - Decreto Lei nº 244/2002

Idades	Portugal		Continente		Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		R.A. Açores		R.A. Madeira	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
0	75,2	81,8	75,4	81,9	75,6	82,0	75,9	82,1	75,1	81,9	74,8	81,4	74,7	81,2	71,5	78,9	69,4	78,4
1	74,5	81,0	74,7	81,1	74,8	81,2	75,1	81,3	74,4	81,2	74,1	80,6	73,9	80,6	70,9	78,2	68,7	77,7
5	70,5	77,1	70,7	77,2	70,9	77,3	71,2	77,4	70,4	77,2	70,3	76,7	70,0	76,7	67,1	74,3	64,8	73,8
10	65,6	72,1	65,8	72,2	66,0	72,3	66,2	72,5	65,5	72,3	65,3	71,7	65,0	71,7	62,2	69,4	59,9	69,0
15	60,7	67,2	60,9	67,3	61,0	67,4	61,3	67,5	60,6	67,3	60,4	66,8	60,1	66,8	57,3	64,5	54,9	64,0
20	55,9	62,2	56,1	62,4	56,2	62,4	56,5	62,6	55,8	62,4	55,6	61,9	55,4	61,9	52,5	59,6	50,2	59,1
25	51,1	57,3	51,3	57,5	51,4	57,5	51,7	57,7	51,0	57,5	50,8	57,0	50,8	57,1	47,8	54,6	45,5	54,2
30	46,3	52,4	46,5	52,6	46,6	52,6	47,0	52,8	46,2	52,6	46,1	52,0	46,1	52,2	43,0	49,7	40,8	49,3
35	41,7	47,5	41,9	47,7	42,0	47,7	42,3	47,9	41,6	47,7	41,4	47,1	41,4	47,3	38,3	44,9	36,2	44,4
40	37,1	42,7	37,3	42,9	37,4	42,9	37,7	43,1	37,0	42,9	36,9	42,3	36,9	42,6	33,8	40,1	31,9	39,6
45	32,7	38,0	32,8	38,1	33,0	38,1	33,2	38,3	32,6	38,2	32,4	37,5	32,6	37,8	29,3	35,4	27,7	34,9
50	28,4	33,3	28,5	33,4	28,6	33,4	28,8	33,6	28,3	33,5	28,0	32,8	28,4	33,2	25,2	30,8	23,8	30,3
55	24,2	28,7	24,3	28,8	24,4	28,8	24,5	29,0	24,2	28,9	23,8	28,2	24,3	28,6	21,2	26,3	19,9	25,9
60	20,2	24,2	20,3	24,3	20,4	24,2	20,5	24,4	20,2	24,4	19,8	23,6	20,3	24,2	17,6	22,0	16,3	21,6
65	16,3	19,8	16,4	19,9	16,5	19,8	16,6	20,0	16,3	20,0	16,0	19,3	16,6	19,8	13,9	17,8	13,0	17,5
70	12,8	15,6	12,9	15,7	12,9	15,7	13,0	15,8	12,8	15,9	12,6	15,1	13,0	15,6	10,7	13,7	10,0	13,8
75	9,6	11,8	9,7	11,8	9,8	11,8	9,7	11,8	9,6	12,0	9,5	11,3	9,7	11,6	7,9	10,3	7,7	10,2
80	7,0	8,4	7,1	8,5	7,2	8,5	7,1	8,5	7,1	8,7	6,9	8,1	7,1	8,3	5,7	7,1	5,9	7,4
85 e +	5,0	5,8	5,1	5,8	5,4	5,9	5,0	5,7	5,1	6,0	4,9	5,5	4,7	5,4	3,6	4,9	4,8	5,0

Fonte: INE, Tábuas Abreviadas de Mortalidade